

Capítulo 1

Contextualização histórica: Quem eram os jacobinos

Jacobino é o termo de que se valem á guisa de baldão todos os inimigos da Pátria, todos os abutres carniceiros [...] para deprimir os que commettem o grande crime de trabalhar com amor e fé na obra santa da nossa regeneração social, para enxovalhar os que almejam a glorificação da nossa nacionalidade e a consolidação da forma de governo inaugurada a 15 de Novembro. [...]. Malevolamente deram a esses patriotas o nome de jacobinos, procurando assim os inimigos aproximal-o do partido de igual nome que out'ora existio em França, sem curar da propriedade histórica do termo, nem do antagonismo de suas respectivas doutrinas, pois era de conveniência desprestigiar-se a briososa mocidade que levou a effeito uma das mais gloriosas resistências [...]. E a intenção estigmativa do termo ainda perdura e, generalisando-se, vae apanhar até os mais moderados espíritos, desde que estes se apliquem ao bem estar social e mostrem estimar a República.¹

No sexto dia de setembro de 1893, na baía do Rio de Janeiro, eclodiu uma sublevação, chefiada pelo Contra-almirante Custódio José de Mello e efetuada por uma parcela dos membros da Marinha de Guerra, em oposição ao governo do Marechal Floriano Peixoto, conhecida como Revolta da Armada.

O motivo que levou Custódio de Mello a contestar a posição do Marechal Floriano Peixoto como magistrado máximo da nação, de cujo governo havia sido inicialmente ministro da Marinha, teria sido a suposta desobediência do vice do Marechal Deodoro da Fonseca à Constituição, porquanto, conforme se prescrevia no art. 42, no caso de vacância da presidência por qualquer causa, antes de decorridos dois anos do período presidencial, deveria proceder-se a uma nova eleição. Como Deodoro, eleito pelo Congresso Nacional em 25 de fevereiro de 1891, renunciara a 23 de novembro do mesmo ano, Custódio baseava-se neste artigo para contestar a legalidade da presidência de Floriano. Por seu lado, os defensores da legalidade da posição de Floriano amparavam-se nas Disposições Transitórias, que prescreviam como norma específica para a primeira eleição presidencial no Brasil que o presidente e o vice-presidente eleitos deveriam ocupar

¹ Annibal Mascarenhas, 'Jacobinos', *O Nacional*, 17/10/95, n. 114, capa.

os seus cargos na presidência e vice-presidência da República durante o primeiro período presidencial. Floriano, que já havia sofrido contestação à sua posição em outras ocasiões – como no famoso Manifesto dos 13 Generais de 6 de abril de 1892 –, permaneceu no cargo, porém nunca utilizou o título de presidente, pois mesmo nos ofícios sempre assinava como vice-presidente. Mesmo assim, as posturas contrárias ao seu prosseguimento no elevado posto continuaram ativas e lhe trouxeram outras manifestações contestatórias, como a revolta da Armada. Outros motivos para a decisão de Custódio de liderar um levante contra o governo de Floriano, como o preterimento de seu nome para a próxima eleição presidencial e o seu abandono a uma posição secundária na direção dos negócios políticos pelo próprio Marechal, também são mencionados pela historiografia.²

Durante meses, a cidade do Rio de Janeiro viveu sob constantes prorrogações do estado de sítio, aprovadas pelo Congresso Nacional.³ O estado de ‘guerra civil’ estagnou o comércio marítimo, uma vez que alfândegas e trapiches foram transformados em postos de combate, ao passo que o estado sobressaltado da cidade fez com que algumas casas comerciais paralisassem as suas atividades e famílias abandonassem as suas moradias devido aos dois bombardeios da Capital, aos tiroteios entre as fortalezas e entre estas e as guarnições de terra, cujas balas e estilhaços caíam nas zonas litorâneas da cidade.⁴

² Cf. sobre as motivações de Custódio e sobre a Revolta da Armada: J. M. Bello, *História da República – Primeiro Período: 1889-1902*, pp. 159-192; E. Carone, *A República Velha: evolução política*, pp. 101-139; J. C. Costa, *Pequena História da República*, pp. 58-65; S. R. R. de Queiroz, *Os radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação*, pp. 20-26 e os artigos de E. C. Flores, ‘A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso’ e M. E. L. de Resende, ‘O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico’, in: J. Ferreira e L. N. Delgado (orgs.), *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930*, respectivamente, pp. 47-88 e pp. 91-110.

³ Assim que se conflagrou a revolta, os membros do Congresso Nacional apresentaram moção de apoio ao presidente da República em exercício. *Gazeta de Notícias*, 15/09/1893, capa. Sobre os decretos de estabelecimento e prorrogação do estado de sítio e demais decretos emanados pelo poder executivo referentes à situação oriunda da revolta, cf. as edições deste jornal de 15 e 26/09/1893; 15 e 29/10/1893; 06/11/1893. O jornal teve a sua circulação suspensa, por ordem governamental, de 28/11 a 31/12/1894. No acervo examinado não constam as edições de 01 e 25/02/1894 e 01, 03 e 12/03/1894.

⁴ A 13 de setembro ocorreu o primeiro bombardeio e no dia 30 o segundo. Por conseguinte, as forças navais estrangeiras estacionadas na baía de Guanabara impuseram às partes litigantes, a 05 de outubro, um acordo pelo qual o Rio de Janeiro, ao ser considerado ‘cidade aberta’, não poderia ser atacado e tampouco atacar. Após este acordo, a revolta ficou limitada a um duelo entre fortalezas que, no entanto, continuou vitimando e assombrando a população da cidade. Sobre os bombardeios, as descargas de artilharia, os tiroteios de fuzilaria entre as fortalezas e as forças de terra, os feridos e mortos civis, os movimentos das lanchas e os desastres causados pelas balas e granadas que caíam na cidade, *Gazeta de Notícias*, 12, 13, 19 e 23/09/1893; 06, 08 e 16/10/1893; 07, 12, 13, 15, 18, 20, 21 e 24/11/1893; 08, 11, 16 e 30/01/1894 e 21/02/1894.

Os rumores de que os rebeldes contavam com a simpatia e o apoio pecuniário da colônia portuguesa do Rio de Janeiro exacerbaram os ânimos dos indivíduos mais imbuídos de patriotismo e nacionalismo. Assomaram-se a estes as referências de que parte das forças navais estrangeiras estacionadas na baía de Guanabara, devido à sua intervenção na contenda para fazerem as partes disputantes chegarem a um acordo, também apoiavam os rebelados.⁵ A 7 de dezembro, o Contra-almirante Luiz Filipe de Saldanha da Gama, diretor da Escola Naval, que até então mantivera uma postura neutra, declarou publicamente a sua adesão ao movimento sedicioso através de um manifesto no qual exprimiu o *desideratum* de retorno do regime monárquico. O temor de uma restauração, presente desde a implantação do regime republicano, foi substancialmente recrudescido.⁶

Desde o dia em que a revolta eclodiu, jovens patriotas decidiram pegar em armas em defesa do governo através do alistamento voluntário nos corpos e batalhões patrióticos que já existiam, como o Batalhão Tiradentes, e no auxílio para a organização de novos batalhões com o objetivo de se juntarem aos já existentes, ao Exército, à Guarda Nacional, às forças policiais e à parte da Marinha que permaneceu fiel ao governo.

Assim se denominavam alguns batalhões patrióticos: ‘Tiradentes’, ‘Frei Caneca’, ‘Benjamin Constant’, ‘Silva Telles’, ‘Vinte e Três de Novembro’, ‘Lauro Müller’, ‘Operário’, ‘Voluntários Paulistas’, ‘Acadêmicos de S. Paulo’ e ‘Defensores da República’. As comissões de alistamento da maioria dos batalhões aceitavam candidatos de todas as “classes”, exigindo-lhes provas de conduta exemplar e convicções republicanas. Assim que convocados, os voluntários eram aquartelados e submetidos a instruções militares, sob a forma de exercícios físicos e educação militar, ministradas por oficiais do Exército, até que as suas guarnições fossem convocadas para a tomada de posições nos postos de combate.⁷

⁵ Segundo Ferreira de Araújo, tratavam-se estes de “meros boatos da rua do Ouvidor”. *Gazeta de Noticias*, 06/11/1893, Causas Políticas, capa. Na concepção do Conde de Paço d’Arcos, diplomata português, em seu despacho de 24/10/1893, essas notícias infundadas, alardeadas pela imprensa e exasperadoras da população, eram provocadas “pelo dinheiro e pelas pregações dos clubes demagógicos que lhes pintam a república perdida com a queda de Floriano”, *apud* Queiroz, *op. cit.*, p. 22.

⁶ Eis o trecho do manifesto que condenou Saldanha e, por conseguinte, a revolta a serem entendidos como restauradores: “... a lógica, assim como a justiça dos fatos autorizaria que se procurasse à força das armas repor o governo do Brasil onde estava a 15 de novembro, quando num momento de estupefação nacional, ele foi conquistado por uma sedição militar, de que o actual governo não é senão uma continuação...”, *apud* Bello, *op. cit.*, p. 181.

⁷ Cf. as numerosas edições da *Gazeta de Noticias* que fornecem informações sobre os batalhões patrióticos, como as de 20/09/1893, 15/01/1894, 12, 15 e 21/02/1894, 29/03/1894 e 13/04/1894. Por ‘ordem do dia’ do Ministro da Guerra, de 11 de janeiro de 1894, os estrangeiros foram impedidos de se alistarem nos batalhões

Entre estes voluntários encontravam-se muitos patriotas que passaram a ser designados, e em alguns casos a se autodenominarem, como *jacobinos*. Considerando os conceitos, conforme sinaliza Reinhart Koselleck, como palavras cujos sentidos expressam conteúdos articulados ao momento de sua utilização, pode-se afirmar que o conteúdo conceitual do vocábulo *jacobino* – expresso tanto pelos que recebiam o epíteto como pelos autodesignados e seus desafetos – nesta contextura apresentava como pilar referencial a ação dos combatentes que lutaram ao lado da esquadra legal na resistência à revolta da Armada e, especialmente, a participação dos militantes voluntários.⁸

Por este motivo, mesmo os que discordavam das idéias e formas de atuação dos cognominados *jacobinos* reconheciam os seus “serviços prestados” à República, reportando-se a estes também como *legalistas* e *patriotas*, em referência à sua participação nos batalhões patrióticos ao lado do governo legal.

Os adversários dos jacobinos, analisados neste trabalho, que também utilizavam a imprensa como veículo de exposição de idéias e sustentáculo de proposições políticas atuavam como redatores do diário *Gazeta de Notícias*.⁹ Um dos articulistas que durante o período em análise expôs de modo mais detalhado, ainda que disperso, os seus juízos acerca das estratégias de ação de que se valiam os *jacobinos* na defesa de suas idéias políticas e propostas para a jovem República foi José Sousa Ferreira de Araújo, um de seus fundadores, redator-chefe, diretor e colunista da seção editorial, denominada à época como

patrióticos e nos corpos da guarda nacional. Entrementes, muitos comandantes não seguiram a recomendação e prosseguiram no alistamento de estrangeiros, trazendo como resultado reclamações de diversos consulados. ‘Alistamento de estrangeiros’, *ibid.*, 18/02/1894, capa.

⁸ R. Koselleck, ‘Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos’, in: *Estudos Históricos*, pp. 2-5.

⁹ Sodré considera a *Gazeta de Notícias* um dos dois maiores jornais brasileiros no período, posicionado entre os diários de maior circulação e que mais contribuía para o avanço da arte gráfica. N. W. Sodré, *História da imprensa no Brasil*, pp. 253 *et. seq.*. A folha foi uma das pioneiras a galgar a “fase industrial”, na qual o jornal era definido como empresa e com sólida estrutura comercial. Durante o período em análise, já organizado em sociedade anônima, ao nível da produção o jornal dispunha de equipamento gráfico e de estereotipagem de alta qualidade para a época, inclusive as rotativas máquinas Marinoni, que além de imprimirem, contavam e dobravam individualmente todos os exemplares, ao passo que o seu caráter comercial acentuava-se de tal forma que os anúncios ocupavam mais de dois terços das suas seis ou oito páginas. Todavia, o maior e mais significativo capital da folha encontrava-se entre os seus redatores e colaboradores. De acordo com Sodré, em 1894, a *Gazeta de Notícias* reunia “os melhores elementos das letras e do jornalismo brasileiro”. Durante o período examinado, entre outros, Eça de Queiroz era seu colaborador assíduo, Valentim Magalhães comparecia de modo mais esporádico, Raul Pompéia e Olavo Bilac tiveram as suas respectivas colunas de crônicas semanais durante alguns meses e o traço inconfundível do desenhista português Julião Machado adornou muitas de suas edições, mormente a partir do segundo semestre de 1896.

‘artigo de fundo’, “Cousas Políticas”, e que, sob o pseudônimo de Lulu Senior, era também o redator da seção “Às quintas”, então chamada de ‘folhetim’.¹⁰

Era com os redatores desta folha em geral e com Ferreira de Araújo em particular que alguns ‘jacobinos’ polemizavam mais diretamente, fazendo de seus próprios jornais não somente um veículo de propagação de idéias como também uma arena de alterações com outros participantes do debate político em seu tempo.¹¹

A imprensa do período pode ser caracterizada como um *locus* de manifestação dos debates político-discursivos entre indivíduos e grupos políticos que construía interpretações diversas para a contextura política em que estavam imersos e defendiam propostas distintas para o encaminhamento do regime republicano brasileiro. Não obstante o caráter noticioso e informativo de muitos periódicos, em especial os de grande circulação,

¹⁰ Assim definiu Max Leclerc o jornal e seu redator-chefe: “sua impassibilidade não consiste em registrar passivamente os acontecimentos; tem como redator-chefe o dr. Ferreira de Araújo e nisso está a sua força. O dr. Araújo é um excelente jornalista; julga homens e coisas com condescendente ironia; escreve com precisão, elegância e sobriedade raras; coloco-o nessa elite de brasileiros muito cultos, muito superiores a seus concidadãos. Tem ele temperamento, caráter, espírito elevado, inteligência aberta”, *apud*: N. W. Sodré, *op. cit.*, p. 253. Segundo a descrição de Sodré, o carioca, formado em medicina que preferiu seguir a carreira jornalística, “fez [da Gazeta de Notícias] o melhor jornal brasileiro da época, com excelente colaboração, inclusive de escritores estrangeiros. Diretor de jornal, mas com agudo senso jornalístico, era também escritor correto e sagaz, nos comentários, crônicas, crítica teatral e impressões de viagens. Seu jornal participou de grandes campanhas, como a da Abolição, a da grande naturalização, a da liberdade religiosa”, *ibid.*, p. 274.

¹¹ Entre as publicações da Capital que não podem ser incluídas na chamada “grande imprensa”, os redatores ‘jacobinos’ polemizavam principalmente com o periódico clerical em circulação desde 1866, *O Apostolo* ou *A Estrella* – título protetor adotado nos últimos meses do governo de Floriano Peixoto –, cujos proprietários e redatores-chefe nesta época eram os padres João Scaligero Augusto Maravalho e José Alves Martins do Loreto. Entre os redatores-chefe dos jornais de ‘grande circulação’ que defendiam idéias políticas distintas e que faziam representações críticas dos ‘jacobinos’, sendo por estes também fustigados, destacavam-se: Ferreira de Araújo, da *Gazeta de Notícias*; Juvêncio Aguiar, da *Gazeta da Tarde*; Fernando Mendes, do *Jornal do Brasil*; José do Patrocínio, da *Cidade do Rio* e José Carlos Rodrigues, do *Jornal do Commercio*. Entre estes, optou-se pela análise contra-positiva do diário *Gazeta de Notícias*, pois os artigos de Ferreira de Araújo eram mais explícitos nas interpretações críticas aos jacobinos, suscitando-lhes maior número de réplicas. Estes jornais de grande tiragem podem ser agrupados no que convencionalmente se chama “imprensa independente”, ou seja, publicações não vinculadas diretamente a partidários políticos, como os editoriais destas folhas buscavam enfatizar, até mesmo porque a afirmação de uma posição ‘neutra’ ou ‘imparcial’ poderia ser-lhes útil na ampliação de público. No entanto, como alguns colaboradores, articulistas semanais e até mesmo os leitores que tinham suas cartas publicadas expressavam um certo ‘saudosismo’ monárquico ou, em casos mais esporádicos, demandavam a criação de um partido restaurador, os ‘jacobinos’ concebiam estes periódicos genericamente como monarquistas. Provavelmente, os elogios por estes jornais tecidos aos periódicos explicitamente monarquistas, como *O Apostolo* e a folha *Liberdade*, surgida em 4 de maio de 1896, e às obras de intelectuais monarquistas, como Eduardo Prado e Joaquim Nabuco, influenciaram o generalizante julgamento jacobino. A *Gazeta da Tarde*, o *Jornal do Commercio* e até mesmo o *Jornal do Brasil* podem ser considerados jornais de grande circulação com tendências monarquistas ou ao menos como críticos à organização e operacionalização da forma governamental republicana à época, no entanto, os outros dois periódicos, por certo, alinhavam-se em defesa não só da forma de governo republicana como da própria República brasileira, embora mantivessem as suas diferenças de posicionamento reflexivo ao seu funcionamento, assim como muitas semelhanças.

os jornais examinados são considerados como teatros de disputas entre propugnadores de diferentes projetos e propostas políticas e, por conseguinte, as suas produções textuais como estratégias participativas de seus redatores nas controvérsias políticas.

As publicações periódicas e panfletárias, assim como as ruas e os ambientes de congregação dos contemporâneos interessados nas ‘questões do momento’ ou nos ‘fatos da época’, como os cafés, os bares e as confeitarias, podem ser identificados, igualmente, como cenários de construção e difusão de idéias e opiniões a respeito dos temas que marcavam as esferas política, social, econômica e cultural de então. Estes espaços já estavam passando por processos de re-apropriações e re-adaptações desde os tempos monárquicos, ampliando, assim, cada vez mais a esfera de participação pública e discussão de propostas políticas para outros cenários além dos recintos oficiais de debates e concretização das medidas administrativas pelos depositários do poder político. Durante o último decênio do governo monárquico intensificara-se a ‘politização’ de espaços e ambientes da Capital em razão de manifestações populares, como a Revolta do Vintém que agitou substancialmente os primeiros dias de 1880, e dos movimentos políticos e sociais mais duradouros, ou seja, a campanha abolicionista e a propaganda republicana.¹²

Desde modo, as publicações periódicas, assim como a atividade panfletária que ainda marcou o primeiro decênio republicano, são entendidas como instrumentos de divulgação de idéias, representações sociais e práticas políticas por parte de indivíduos e grupos sociais e políticos. Em uma contextura em que a imprensa se constituía no principal meio de comunicação; poucos jornais haviam iniciado a sua fase de estrutura empresarial; muitos jornalistas se arrogavam a famosa “missão” de educadores das “massas incautas” ou de “*fiat* da sociedade”, geralmente legitimada na cientificidade e no seu pertencimento ao ‘mundo letrado’, enquanto outros se destinavam o papel de “voz do povo”, freqüentemente justificado nas suas experiências de vida e ‘ascensão meritória’ e, por fim, em que uma nova forma governamental havia sido instalada recentemente, a atividade jornalística constituía-se em um meio de defesa de opiniões e propostas acerca do devir republicano.

¹² Cf. M. T. C. de Mello, ‘No olho da rua: valorização e ampliação do espaço público no Rio de Janeiro na década de 1880’, in: *Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica na década de 1880 no Rio de Janeiro*, pp. 17-106; I. Lustosa, ‘Rua do Ouvidor, o palco das novidades’, in: *Filme e cultura, passim* e, sobre a politização das atividades literária e jornalística desde os últimos anos imperiais até 1895, A. C. F. da Silva, ‘A Conquista do talento’ e ‘Jornadas Revolucionárias’, in: *Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República*, pp. 13-130.

Concomitantemente, atentando-se à especificidade da linguagem jornalística, geralmente vinculada a eventos circunstanciais e ocorrências singulares, os discursos políticos emitidos através da imprensa podem ser considerados, na maioria dos casos, como esforços registradores e interpretativos *ad hoc*. Embora os jornalistas produzam as suas exposições textuais baseados em entendimentos próprios acerca dos movimentos dos tempos ‘longo’ e ‘médio’ da história, uma das especificidades de seu labor é o seu empreendimento inteligível ‘sobre’ os fatos do presente, efetuado imediatamente às ocorrências deste, isto é, ‘no’ próprio presente, sujeito, portanto, a interferências inusitadas.

Sendo assim, a escritura do presente no próprio presente demanda-lhes uma dimensão especializada de leitura dos temas contíguos e a utilização de uma “linguagem do cotidiano” elucidativa dos fatos subseqüentemente às suas consecuições. O labor jornalístico, como uma atividade de “escrita do tempo”, se traduz por uma busca de interpretação e inteligibilidade, que se distancia do trabalho da maioria dos historiadores em razão da proximidade com o tempo imediatamente vivido.¹³

Não obstante, justamente por viverem no mesmo tempo dos acontecimentos relatados e elucidados, os jornalistas examinados – assim como outros de outros contextos históricos – julgavam-se, senão como ‘historiadores do presente’, ao menos como ‘testemunhas privilegiadas’, pretensamente autorizadas a selecionarem as pessoas e os fatos dignos de figuração nos ‘anais da história’. Do cerne deste ‘embate interpretativo’ e ‘memorialístico’ emerge a “batalha das versões”, isto é, uma luta pela afirmação das inteligibilidades construídas para os atos e eventos presenciados.¹⁴

Os discursos político-jornalísticos eram, portanto, não apenas expressões de modos distintos de interpretação da realidade, na qual eram pensados e sobre a qual se referiam, como também manifestações expositivas, nas quais eram mobilizados variados procedimentos retóricos e oratórios, que possuíam interlocutores e, sobretudo, contestadores. Através destes confrontos jornalísticos, identificam-se indivíduos e grupos

¹³ M. de S. Neves, *A escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas, passim*. Sobre a “linguagem do cotidiano” utilizada em textos políticos, como artigos e editoriais de jornais, manifestos, petições e requerimentos, R. Koselleck, *loc. cit.*, pp. 10-11.

¹⁴ Sobre a “batalha das versões”, C. Siqueira, ‘A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890’, in: *Estudos Históricos*, p. 2.

que lutavam pelo exercício de uma determinada autoridade, que poderia ser reconhecida, e assim legitimada, pelos leitores e pelos depositários do poder político.¹⁵

Estes jornalistas, cujos discursos evidenciam uma estratégia político-participativa, ao defenderem as suas propostas, objetivavam não apenas porfiar com as outras penas do ofício, mas sobretudo interferir nos debates políticos da época. Sendo assim, os debatedores de idéias e defensores de diferentes propostas políticas, analisados neste trabalho, são identificados, como sugere John Pocock, como “atores históricos”. A investigação de seus discursos políticos permite a reconstrução das distintas maneiras através das quais estes atores refletiam sobre os fatos de sua época e das “estruturas temporais” comumente partilhadas que eram, não obstante, encaminhadas diferentemente por suas mobilizações lingüísticas.¹⁶

Os elementos que compunham as suas interlocuções e contestações discursivas oferecem informações sobre alguns dos temas que pontuaram a contextura social, econômica e política na qual estes atores se inseriam, pois se constituíam em objetos de discussão sobre os quais incidiam as suas variadas interpretações e posicionamentos políticos.¹⁷

¹⁵ Numa época em que as redações dos principais jornais situavam-se na “pequena grande artéria da vida nacional”, para utilizar a expressão de Melo, ou seja, na rua do Ouvidor e vias adjacentes, eram comuns, além das cartas e telegramas, as visitas por parte de deputados e senadores e demais ocupantes de cargos eletivos. Evidentemente, estas eram logo propaladas como a prova de que os juízos emitidos pelo jornal visitado sobre determinada questão política eram os ‘acertados’ ou ‘verdadeiros’. Paralelamente, a proximidade com os depositários do poder político apresentava também aspectos negativos, pois os homens políticos criticados facilmente exigiam os devidos esclarecimentos. Nestes casos, a utilização de pseudônimos protegia os mais cáusticos redatores, mormente nos casos em que também ocupavam postos eletivos, não abrandando, porém, as exasperadas missivas enviadas aos redatores chefes, vistos como responsáveis pela publicação dos doestos.

¹⁶ Segundo as palavras de Pocock, “os participantes do debate político, [podem ser] vistos como atores históricos, reagindo uns aos outros em uma diversidade de contextos lingüísticos e outros contextos históricos e políticos que conferem uma textura extremamente rica à história, que pode ser resgatada, de seu debate”, ‘O Estado da arte’, in: *Linguagens do ideário político*, p. 25. Sobre as ‘estruturas temporais’, *id.*, ‘Time, history and eschatology in the thought of Thomas Hobbes’, in: *Politics, language and time*, p. 151.

¹⁷ Evidentemente, nem todos os eventos e fatos, ou a realidade política e social, eram articulados pelas ‘linguagens’ existentes e terminologias mobilizadas. Existem eventos singulares, ou ‘críticos’, especialmente os que desestabilizam a memória, que demandam um certo decurso para serem articulados lingüisticamente. Sobre algumas ‘experiências’ que atestam os limites e possibilidades dos atos narrativos, bem como as mediações que lhe são subjacentes e as temáticas co-relacionadas cf. M. Pollack, ‘La gestion de l’indicible’, in: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, e ‘Memória, esquecimento, silêncio’, in: *Estudos Históricos*; V. Das, ‘The anthropology of pain’, in: *Critical Events: an anthropology perspective on contemporary Índia*, e ‘Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos’, in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Afirmar que alguns temas podem ser resgatados a partir do trabalho heurístico com os ‘discursos políticos’ não implica em compartilhamento com a famosa noção de que não existe realidade histórica além dos discursos. A separação entre linguagem e história social deve ser ativada até mesmo como um modo de averiguar se as mudanças dos significados terminológicos e utilizações dos conceitos encontram

Paralelamente, as diferentes percepções, “motivações” e “intenções” subjacentes à elaboração textual, disposição discursiva e exposição argumentativa evidenciam as adaptações de suas noções interpretativas e utilizações conceituais em relação ao “contexto lingüístico” em que foram produzidas e transmitidas. Em síntese, os componentes discursivos indicam os temas que suscitaram a reflexão e interpretação por parte dos atores históricos ao passo que a conformação textual sinaliza as inovações e constâncias empíricas em relação ao repertório terminológico e semântico disponível.¹⁸

O termo *jacobino* possuía ampla e difusa utilização desde pelo menos os últimos anos de vigência do regime monárquico. Durante o período da propaganda republicana o vocábulo era empregado sobretudo nas referências aos propagandistas que não se limitavam às palavras escritas e que utilizavam as praças e os teatros como cenários de divulgação de suas idéias. A expressão lexical continuou a ser utilizada com esta acepção de “republicanos radicais” durante o limiar do regime republicano, principalmente nas alusões aos indivíduos “intransigentes” e “intolerantes” que defendiam as suas opiniões através de ações tumultuárias nas ruas e praças, ainda que não necessariamente com objetivo de propagação, o que acentuou gradualmente a sua conotação pejorativa. Assim, quando os ‘jacobinos’ voluntários e ex-voluntários dos batalhões patrióticos passaram a utilizar coletivamente as ruas e largos com objetivos de protesto e de manifestação de idéias políticas, a partir de janeiro de 1895, ofereceram aos seus críticos um valoroso argumento para denegrir-lhes a imagem e vilipendiar a atuação política.¹⁹

o seu ponto de referência na história dos eventos ou nas transformações históricas de mais longo prazo. Sobre a relação complexa entre conceitos e realidade, ou entre “dogmata” e “pragmata”, M. G. Jasmim, ‘História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares’, in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.

¹⁸ Sobre o “contextualismo lingüístico” e a “história das linguagens políticas”, abordagens historiográficas desenvolvidas de modo substancial por estudiosos anglófonos e, sobretudo, a respeito das contribuições de Q. Skinner, cf. K. Palonen, *Quentin Skinner: history, politics and rhetoric* e, sobre estes estudiosos e alguns de seus críticos, M. A. Lopes, *Para ler os clássicos do pensamento político: um guia historiográfico*.

¹⁹ Seguramente, alguns dos jacobinos analisados já costumavam expor, isoladamente e de modo fortuito, as suas idéias nas ruas, cafés e praças da cidade, chegando a entrar em pejejas corporais com aqueles que viam como seus inimigos. Assim Luiz Edmundo descreveu Deocleciano Martyr, um dos mais destacados jacobinos: “Ainda moço, perdera uma das pernas e andava de muletas. Contudo, mesmo assim, estropiado, capenga, entrava, muita vez, em ação, nos ataques de rua feitos contra os nascidos em além-mar. E era de vê-lo em meio aos mais perigosos conflitos, saltando num pé só: como Saci, o seu bastão de apoio, arma terrível de combate, em rodopios pelo ar”. L. Edmundo, *De um livro de memórias*, p. 426. Todavia, não se constituíam tais atitudes impetuosas e individuais, como as de Martyr, em uma exposição coletiva de idéias com objetivo de propagação ou de protesto sobre algum incidente marcante da conjuntura política ou de alguma decisão governamental, conforme as que ocorreram a partir de 1895. Deve-se atentar, ademais, que a designação de ‘jacobinos’, nos artigos e matérias da *Gazeta de Notícias*, só incidiu sobre os combatentes ‘legalistas’ e ‘patriotas’ a partir de 1895 e não quando estes indivíduos se alistaram nos batalhões ou iniciaram

Conseqüentemente, a partir de então, o termo *jacobino* passou a ser utilizado pelo jornalista Ferreira de Araújo sobretudo com a acepção de “arruaceiros” e “desordeiros” porque, como ele entendia, tratavam-se estas manifestações de “perturbações da ordem pública” na Capital, vista como uma espécie de cartão-postal da jovem República ao “mundo civilizado” ou às “nações cultas”. Por vezes, todavia, outras expressões eram utilizadas em substituição a “arruaceiros”, “desordeiros” e mesmo *jacobinos*, tais como “fanáticos”, “exaltados”, “grupo que esbraveja”, “espíritos perniciosos”, “excitadores de ânimos” e “grupo mais apaixonado dos amigos de Floriano”.

Deve-se atentar que a noção de que estes indivíduos mostravam-se irascíveis em razão de sua “paixão política” e predispostos a determinadas “explosões apaixonadas” eram constantemente esposadas por Ferreira de Araújo. A descrição dos ‘jacobinos’ como os patriotas guiados pela “paixão” constituía-se em um recurso descritivo que lhe permitia apresentá-los como os indivíduos desatentos aos códigos do “bom-tom” e aos ditames da “sã razão” que davam “triste idéia” da nação brasileira aos olhos das européias, além da “triste figura” transmitida por uma “cidade que pretende ser tida em conta de limpa”.

Percebe-se, também, que em muitas situações o seu alvo de ataque não era constituído pelos ‘jacobinos’ de per si, mas sim pela sua suposta capacidade de “excitar” outros indivíduos em razão da uma presumida influência exercida especialmente sobre os “jovens espíritos”. Incomodava a Ferreira de Araújo a suposta ingerência efetuada pelos ‘jacobinos’ sobre parte dos alunos da Escola Militar e sobre parcela da mocidade acadêmica, principalmente da ‘Faculdade de Medicina’ e da ‘Escola Polytechnica’, os quais também haviam servido ao lado da esquadra legal e que não somente participavam das manifestações públicas promovidas pelos aludidos “exaltados”, como também tomavam a iniciativa na organização destas vislumbradas “arruaças” por si.

Portanto, em determinadas ocasiões, no contexto em análise, eram as modificações supostamente efetuadas ou influenciadas pelos ‘jacobinos’ no panorama social e político da cidade do Rio de Janeiro que embasavam as descrições que incidiam sobre a sua qualificação como “desordeiros” e “arruaceiros”.²⁰

a sua atividade através da imprensa. Ainda assim, eles já haviam sido cognominados desta maneira por outros contemporâneos, como o conde de Paço d’Arcos, bem antes das manifestações públicas de 1895.

²⁰ Sobre os itens citados nos quatro últimos parágrafos, ou seja, a noção de que os ‘jacobinos’ maculavam a imagem do país e da cidade, a concepção de que estes eram explosivamente apaixonados, a sua descrição

Nas explicitações destas descrições dos ‘jacobinos’ como “desordeiros” e “exaltados”, os seus adversários ocasionalmente igualavam os ‘jacobinos’ brasileiros aos homônimos franceses, ou seja, ao caso pioneiro, sem que mencionassem as particularidades temporais e espaciais de cada situação, uma vez que a designação de *jacobinos* assim empregada salientava a “exaltação dos espíritos” que estes geralmente apontavam acometer os indivíduos assim denominados.²¹

Os contemporâneos que lhes eram hostis dispunham este modo de compreensão menos por ausência de apreciação dos distanciamentos entre jacobinos franceses e brasileiros do que por intenções inclinadas a conferirem descrédito às idéias e às estratégias de ação dos ‘jacobinos’ da Capital. A utilização de um vocábulo e a apropriação ou re-significação do seu valor conceitual efetuadas pelos atores históricos não devem ser separadas analiticamente das interpretações que construíram sobre o contexto histórico em que se inseriam, dos projetos políticos que defendiam e dos propósitos que os moviam.

Segundo as indicações de Quentin Skinner, existem convenções lingüísticas que facilitam ou circunscrevem o manejo pragmático do repertório vocabular em relação ao contexto intelectual e político em que os textos são produzidos.²²

Deste modo, à polissemia e flexibilidade empírica do vocábulo ‘jacobino’ correspondeu o seu emprego com diferentes significados em um mesmo contexto histórico, de acordo com as interpretações, motivações e intenções dos agentes que o utilizavam. O vocábulo era apropriado como sinonímia de “republicanos sinceros e leais” por parte dos agentes que tomavam para si a designação, ao passo que os seus desafetos políticos

como ‘arruaceiros’ e ‘exaltados’ e a suposta influência exercida sobre a juventude – concepções estas que geralmente eram apresentadas concomitantemente – cf. os artigos da seção ‘Cousas Políticas’ de 21/01, 04/02, 11/03, 18/03, 17/06 e 09/09 de 1895; da coluna ‘Às quintas’ de 23/05 e 29/08 de 1895 e a carta de Valentim Magalhães a Magalhães Lima transcrita do jornal ‘O Século’ de Lisboa, de 24/02/1895, na *Gazeta de Notícias* de 19/03/1895, capa. No que concerne ao último item, existiam de fato estreitos laços de amizade e partidarismo político entre os ‘jacobinos’ e alguns acadêmicos civis e jovens militares, inclusive com os aspirantes ‘legalistas’. Cumpre salientar, contudo, que neste trabalho concebe-se que as influências, quando realmente efetivadas, entre os ‘jacobinos’, estes e outros ‘grupos sociais’ foram recíprocas, e não unilaterais.

²¹ A concepção de que os jacobinos brasileiros constituíam-se em um arremedo ou uma paródia dos jacobinos franceses era partilhada por intelectuais proeminentes da época, como Joaquim Nabuco. O intelectual e político, ainda monarquista à época, que descreveu o governo Floriano como “verdadeira e flagrante tirania”, vaticinou a efemeridade do ‘jacobinismo’ ao afirmar que “sua duração seria curta: o jacobinismo não é mais do que uma moda da época, um pastiche histórico”, em ‘A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893’, obra na qual denunciou o presuntivo “terror” instaurado pelo governo de inspiração castrense e o “perigo revolucionário” aumentado pela ascendência do jacobinismo. *Apud* Queiroz, *op. cit.*, pp. 164-165.

²² Q. Skinner, ‘Meaning and understanding in the history of ideas’, in: J. Tully (ed.), *Meaning and Context: Quentin Skinner and his critics*, pp. 29-67.

mobilizavam a mesma expressão lexical com as acepções de “exaltados”, “arruaceiros”, “desordeiros” e, no limite, “terroristas”.

Assim, como Skinner destaca, não somente o ‘significado’ dos registros como também os ‘motivos’ e ‘intenções’ ou ‘propósitos’ dos autores devem constituir objeto de análise na investigação textual. Às interpretações e propósitos político-discursivos distintos correspondem as diferentes utilizações e adaptações de significações de um mesmo conceito.²³

Em razão dos pejorativos sentidos atribuídos ao vocábulo ‘jacobino’ muitos ex-combatentes buscaram inicialmente afastar de si a alcunha, pois não queriam ser confundidos com os “desordeiros”, uma vez que se julgavam “mais moderados espíritos”, como as palavras da epígrafe que encimam este capítulo o demonstram.²⁴

Não obstante, durante a conjuntura analisada era o sentido de combatentes “legalistas” e “patriotas” que conferia valor conceitual ao termo, demarcando, assim, a consubstanciação de seu emprego neste momento histórico específico. O significado de ‘jacobino’ como “desordeiros” era a este sentido assomado sobretudo nas circunstâncias em que se tratava de depreciar os agentes que assim eram apodados.²⁵

Deste modo, se a mesma expressão semântica continua a ser empregada ao longo do tempo, apesar das alterações sofridas em seu valor conceitual, cumpre ao pesquisador atentar ao uso pragmático da mesma, ou seja, analisar a experiência concreta e específica na qual a palavra, como conceito, foi pensada e sobre a qual se referia, como afirma Koselleck.

Durante a conjuntura examinada, a atuação dos combatentes patriotas ao lado da esquadra legal constituiu-se, pois, no referente de fundamentação da utilização empírica

²³ *Id.*, ‘Motives, intentions, and the interpretation of texts’, in: *ibid.*, pp. 68-78.

²⁴ Estes “espíritos mais moderados”, contudo, participavam destas manifestações como também, a partir de meados de 1895, dos comícios de protesto conhecidos como *meetings*, tanto assim que quando estes ou aquelas manifestações espontâneas terminavam de modo turbulento tais participantes colocavam-se na posição de vítimas da “polícia paga da Capital” ou dos “agentes da imprensa do suborno”. Em contrapartida, quando os comícios não findavam em tumultos, eles não se cansavam de explanar, em resposta aos jornalistas adversos, que estes haviam ocorrido e terminado “na maior paz e ordem”. Cf. as edições de *O Nacional* do segundo semestre de 1895, especialmente o artigo de 27/07/1895, p. 2, ‘Os piratas do Caribe: segundo commcio’, finalizado com as seguintes palavras: “... nenhuma só violência foi praticada, provando-se por essa forma á Europa, que os brasileiros, embora selvagens possuem bem clara a noção de honra e de brio, que muitas vezes é olvidada em manifestações populares nos mais cultos paizes da Europa”.

²⁵ Igualmente pejorativa era a designação de “sebastianistas” utilizada, não exclusivamente decerto, pelos jacobinos ao se referirem aos monarquistas.

tanto do qualificativo ‘jacobino’ como do substantivo ‘jacobinismo’. A ação dos combatentes legalistas constituiu-se não somente na experiência real e singular que conferiu o sentido conceitual ao re-significar e atualizar o termo ‘jacobino’ como também no único significado conferido ao vocábulo que obteve concordância tanto da parte dos que eram assim apodados, como dos seus adversários e, inclusive, de outros contemporâneos.²⁶

Pelo menos outros dois sentidos, além dos supramencionados, eram atribuídos ao termo ‘jacobino’ e até mesmo como vocábulos a este substitutivos: o de “republicanos radicais” e o de “florianistas”, com os quais os ‘jacobinos’ concordavam em serem denominados, embora tivessem concepções próprias sobre o que ambos significavam e exprimiam. O primeiro destes mantinha, para os seus desafetos, ainda algumas vinculações com a acepção de ‘jacobinos’ como sinônimo de “desordeiros” ao passo que o segundo apresentava correspondência direta com o sentido conceitual de ‘jacobinos’ então empregado.

Em suma, a despeito dos significados que comportava o termo ‘jacobino’ neste contexto histórico, era em referência aos combatentes legalistas que incidia o seu valor conceitual, figurando a participação ao lado da esquadra governamental como o principal elemento de distinção dos que assim eram denominados. As outras acepções eram agregadas ao conteúdo conceitual do vocábulo, principalmente nas circunstâncias em que interessava aos contemporâneos que dele se utilizavam ressaltar determinadas características da coletividade assim cognominada, como o desrespeito às normas que regiam a ordem pública na Capital, o autoritarismo na defesa dos seus ideais e o direito que se arrogavam de ingerência nos negócios públicos.

Assim, uma mesma palavra pode ser utilizada com conteúdos variados em diferentes contextos históricos, o que faz com que seu valor conceitual seja inteligível sempre singularmente, como alerta Koselleck. É plausível acrescer, todavia, que o uso pragmático de um conceito, ao sinalizar para um sentido articulado ao momento histórico de seu emprego, não exclui a mobilização de significados anteriores a este conteúdo conceitual partilhado pelos agentes históricos que o expressam neste momento histórico

²⁶ Alguns políticos de envergadura na época evidenciaram esta acepção, como Francisco Glycerio, em dezembro de 1895, e Rangel Pestana, em junho de 1897. Na concepção do primeiro, “vem de 1893, do período mais agudo da revolta da Marinha, o aparecimento dos jacobinos na arena política”, ao passo que o

específico. Deste modo, a alteração empírica do uso de um termo, ao modificar o seu valor conceitual, não elimina completamente as acepções anteriores e tampouco impõe de maneira abrupta o seu novo conteúdo formulado em uma situação histórica singular, desde que os agentes históricos que mobilizam o termo assim se apropriem dos significados de acordo com as ‘motivações’ e as ‘intenções’ subjacentes às suas elaborações discursivas.²⁷

Como todo conceito é ao mesmo tempo, de acordo com Koselleck, fato ou fenômeno lingüístico e indicador de uma realidade histórica concreta, a sua relação com “aquilo que se quer compreender” apresenta-se sempre como “necessariamente tensa”.²⁸ A atenção ao próprio contexto histórico em que estavam imersos os jacobinos e os seus contemporâneos pode elucidar a formulação deste novo sentido, que, todavia, não eclipsou completamente os significados anteriores. Tratava-se de uma contextura histórica conturbada, em que movimentos sediciosos emergiam paralelamente e logo agitada pela conjuntura política de transição entre a presidência militar e a civil. Durante esta, especialmente, a disputa por alguma parcela de poder se fez presente tanto entre os agentes e grupos políticos que já haviam conquistado alguma espécie de posicionamento político-social durante o exercício presidencial que se findava, conforme era o caso dos jacobinos, como pelos agentes que vislumbravam uma nova “era” a ser inaugurada com o advento do governo do primeiro presidente civil. Se estes desejavam percucientes alterações na esfera

segundo assim se referiu ao jacobinismo: “pode-se dizer sem medo de errar: o jacobinismo apareceu como uma reação contra o espírito que animava a revolta”. *Apud* Queiroz, *op. cit.*, p. 18.

²⁷ Neste trabalho, algumas propostas de Koselleck relativas à “história dos conceitos” estão sendo articuladas a algumas sugestões analíticas apresentadas por dois historiadores das “linguagens políticas e sociais”, conhecidos como “contextualistas”, Pocock e, principalmente, Skinner, conhecidos como os principais expoentes da “história das linguagens políticas” da Escola de Cambridge. Acredita-se que a sutil aproximação de algumas indicações metodológicas das ‘duas’ vertentes permite a reconstrução parcial das maneiras pelas quais as escolhas realizadas pelos agentes ou atores históricos de uma determinada época a partir das terminologias disponíveis contribuem não somente para a formação de discursos concorrentes, inclusive com o emprego de significados distintos para a mesma expressão vocabular durante um mesmo contexto histórico, como também que os modos de participação nos ‘debates políticos’ e as particulares ‘percepções’ da realidade influenciam e são influenciadas por suas diferentes mobilizações conceituais. Sobre as possibilidades e os limites de aproximação entre a ‘história dos conceitos’ alemã de Koselleck e o ‘contextualismo lingüístico’ de Skinner, cf. K. Palonen, *The history of concepts as a style of political theorizing: Quentin Skinner’s and Reinhart Koselleck’s subversion of normative political theory*, in: *European Journal of Political Theory* e M. G. Jasmin, *loc. cit.* Sobre as possibilidades de convergência ou as compatibilidades entre alguns procedimentos dos historiadores das linguagens políticas da Escola de Cambridge, Pocock e Skinner – como o estudo das complexas interações entre a linguagem política e social, o pensamento e a ação – e a contribuição do dicionário alemão de conceitos políticos organizado inicialmente por Koselleck, M. Richter, ‘Reconstructing the history of political languages: Pocock, Skinner, and the Geschichtliche Grundbegriffe’, in: *History and Theory*.

²⁸ R. Koselleck, *loc. cit.*, p. 3.

da gestão política, aqueles acreditavam na continuidade administrativa e na sua própria permanência nas modestas, porém, até então, mais altaneiras posições conquistadas.

Annibal Mascarenhas e Deocleciano Martyr, dois dos personagens centrais da história narrada nas linhas deste trabalho, estavam entre os últimos. O primeiro tomou armas no próprio dia 6 de setembro de 1893 e desenvolveu ampla atividade no Batalhão Tiradentes.²⁹ Por seu lado, Deocleciano Martyr, que também servira neste batalhão, auxiliou na organização, entre outros, dos batalhões patrióticos Franco Atiradores e Silva Jardim.³⁰ Ao primeiro, devido aos serviços prestados à “causa da legalidade e da República” durante o combate aos revoltosos, foi conferido o título de major honorário do Exército e ao segundo, o de capitão honorário. Muitos outros jovens patriotas que combateram espontaneamente ao lado do governo também foram galardoados após o término da revolta da Armada em reconhecimento aos seus “actos de bravura”.³¹

Sendo assim, neste ambiente de agitação política e social em que viveram por seis meses os habitantes da Capital Federal, os agentes sociais que passaram às páginas da história como *jacobinos* ensarilharam armas em defesa do governo do Marechal Floriano Peixoto, obtiveram o reconhecimento governamental em virtude de seus esforços e passaram a julgar-se deste momento em diante como a “sentinela avançada da República”.

Em razão do prosseguimento da Revolução Federalista no sul do país, após a consecução da vitória sobre a esquadra rebelada, o governo do Marechal Floriano não dissolveu nem mesmo os batalhões patrióticos criados em caráter provisório, prosseguindo os seus membros na percepção do soldo. Desta maneira, não somente o *florianismo* destes combatentes manteve-se inexorável como ainda recrudesciu o senso da missão que se atribuíam de salvaguarda das instituições republicanas.³²

Um traço *sui generis*, portanto, dos ‘jacobinos’ da cidade do Rio de Janeiro foi o seu surgimento na arena política como elementos defensores do governo da *situação*, ou

²⁹ Annibal Mascarenhas, ‘Ultimo Numero’, *O Nacional*, 07/06/1896, capa.

³⁰ *O Jacobino*, 06/04/95, n. 31, no esboço bibliográfico abaixo do busto de D. Martyr estampado na capa.

³¹ *A Bomba*, 19/10/1893, n. 13 e 26/10/1894, n. 15. A maioria dessas patentes foi conferida logo após o término da revolta. Todavia, em seus últimos dias de vida, gravemente enfermo, Floriano Peixoto voltou a concedê-las de modo profuso, assim como escreveu dedicatórias em retratos e numerosas cartas para amigos e políticos mais próximos. O Marechal dedicou substancial parte do seu derradeiro dia de vida, 29 de junho de 1895, a essas atividades, sobretudo à assinatura de grande número de patentes de oficiais honorários. ‘Marechal Floriano Peixoto’, *Jornal do Brasil*, 01/07/1895, capa.

³² Sobre a revolução federalista, J. M. Bello, *op. cit.*, pp. 155-215; E. Carone, *op. cit.*, pp. 80-142; J. C. Costa, *op. cit.*, pp. 60-65 e os capítulos de E. C. Flores e M. E. L. Resende, *loc. cit.*

seja, do chefe do Executivo federal que se encontrava envolto na sua própria defesa em razão de um movimento oposicionista à sua legalidade constitucional.

Estes agentes políticos e sociais não emergiram no cenário político da Capital Federal como elementos da ‘oposição’. Ao contrário, a defesa da causa da legalidade e do governo do ‘salvador’ da República – devido ao extremado *florianismo* que caracterizava os voluntários –, constituiu-se em legenda que os jacobinos mais adiante desfraldaram em diversas ocasiões e por variados motivos. Neste momento em que atuavam na linha de frente no combate à revolta da Armada, concebiam-se como soldados em defesa do governo afrontado e da República “ameaçada”.

Estes combatentes voluntários impregnaram-se dos ideais da vida da caserna e passaram a valorizar, assim como alguns membros do Exército já o faziam, a ‘disciplina’, a ‘moralidade’, a ‘pureza’, o ‘decoro’, a ‘abnegação’, o ‘brio’, a ‘autoridade’, a ‘vigilância’, a ‘obediência’, o ‘dever’ e outros princípios tomados como emblema a partir de então.³³

Por outro lado, alguns militares, especialmente os de baixa patente, também passaram a partilhar de ‘convicções’ que animaram inicialmente os *jacobinos*, identificado-se deste modo com eles e sendo assim também denominados. Como os militares do Exército e da parcela dos membros da Marinha que permaneceu ao lado do Marechal Floriano, os voluntários patriotas lutaram em defesa do governo legalmente reconhecido pelo Congresso Nacional. Em razão de sua postura ‘legalista’, a defesa do governo que se encontrava na ‘situação’ passou a ser o objetivo que lhes deu entusiasmo e impulso de ação mesmo quando deixaram de brandir as suas armas por ocasião do término da revolta.

Finalmente, a 13 de março de 1894, após seis meses de lutas em que contou com o apoio quase unânime do Exército, da Guarda Nacional, de parte da Marinha, da juventude militar, da mocidade civil, das forças policiais da Capital Federal, das chancelarias dos Estados Unidos e da Alemanha, da maioria dos integrantes do Congresso

³³ Sobre os valores defendidos pela ‘mocidade militar’ – principalmente a ‘honra’, o ‘pundonor’ e o ‘brio’ – durante a década de 1880, C. Castro, *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política, passim*. Não se pode asseverar, entretanto, que estes mesmos princípios, e tampouco que os mesmos significados atribuídos, eram compartilhados pela juventude militar ou por expressiva parcela de integrantes do Exército durante a década de 1890 e, sobretudo, durante o contexto em análise. De qualquer modo, a referência mostra-se pertinente não somente porque a ‘juventude militar’ composta pelos alunos e baixa oficialidade da Escola Militar da Praia Vermelha pelejou ao lado da esquadra legal durante o combate à Revolta da Armada – e em nome destes jovens muitos ‘jacobinos’ mais tarde julgaram-se no direito de falar –, como também porque faltam estudos acurados como os de Castro sobre as noções compartilhadas por estes jovens militares durante a delimitação cronológica sobre a qual incide este trabalho.

Nacional e com o amparo financeiro do governo de São Paulo, o exercício presidencial de Floriano Peixoto teve a sua legalidade afirmada com a vitória sobre os insurgentes da revolta da Armada. Estava derrotado o mais grave movimento sedicioso ao governo do segundo presidente da República brasileira. Fora posta a termo a subversão de mais longo fôlego que até então havia ocorrido na Capital da jovem República brasileira.

Entrementes, o ambiente de relativa calma política e social que permeava a cidade do Rio de Janeiro não se estendia ao sul do país. Desde fevereiro de 1893, o Rio Grande encontrava-se convulsionado pela sublevação dos federalistas que haviam estendido o seu raio de ação aos dois outros estados sulinos.

Quando o governo afixou em diversos pontos da Capital e publicou nos jornais o ‘Boletim Oficial’ que notificava o estabelecimento do prazo de quarenta e oito horas, a terminar ao meio-dia do dia 13 de março, para o início das hostilidades aos revoltosos, Saldanha da Gama pediu asilo, para si e seus subordinados, a Augusto de Castilho, comandante das corvetas portuguesas Mindello e Affonso de Albuquerque, estacionadas na baía da cidade do Rio de Janeiro.³⁴

Encerrava-se a fase de lutas na baía de Guanabara, não obstante, prosseguiram-se os conflitos no sul, até mesmo porque os seus sublevados foram acrescidos com um significativo contingente de ex-revoltosos da Armada. A junção ocorreu porque, a despeito do governo de Portugal ter assegurado ao brasileiro que os asilados só seriam desembarcados no Reino, uma das corvetas tomou o destino do Rio da Prata. Com o desembarque destes revoltosos no Uruguai, foi-lhes fácil a união com os insurgentes federalistas. À atitude do comandante português Augusto de Castilho, o Marechal Floriano respondeu com o rompimento das relações diplomáticas com Portugal.³⁵

³⁴ ‘Boletim Oficial’, *apud Gazeta de Noticias*, 12/03/1894, capa e ‘A Revolta’, *ibid.*, edição de 14 e 15/03/1894, capa.

³⁵ De acordo com Ferreira de Araújo, “o governo teve noticia do asylo e não protestou logo contra elle; houve, porém, quem não só protestasse, mas pensasse em violal-o. Com efeito, disse-se que *alguns moços, obdecendo mais a um sentimento de exaltação própria das luctas civis do que aos dictames da sã razão*, pensaram primeiro em sincar os navios portugueses no porto, depois em atirar sobre elles quando tentassem sair da barra. Diz-se que foi para evitar *uma violência d’essa ordem que nos poria em posição muito esquerda aos olhos de todo o mundo civilisado*, que o governo tomou a resolução de procurar um derivativo, dar como uma satisfação aos amigos que tanto se tinham dedicado á causa da legalidade durante a revolta, rompendo as relações diplomáticas com o governo portuguez”. *Gazeta de Noticias*, 11/03/1895, Causas Políticas, capa, sem grifos no original. A versão dos membros do Batalhão Tiradentes confirma o que diz o jornalista adverso, embora atribua a atuação impetuosa ao “povo”, uma vez que “[...] no dia 14 de março, ao divulgar-se a noticia do asylo concedido aos piratas pelo commandante da esquadriha portugueza, o povo indignado concebera o

Apesar deste infortúnio, com a derrota dos revoltosos na baía de Guanabara, a cidade do Rio de Janeiro pôde retornar paulatinamente à sua cotidianidade. Alguns corpos e batalhões patrióticos foram enviados aos estados sulinos para combaterem os rebelados e os demais permaneceram aquartelados na Capital, guarnecendo baterias e postos de confiança.

Alguns dos voluntários incorporados ao Batalhão Tiradentes que haviam auxiliado a esquadra legal na vitória sobre os revoltosos da Armada desembainharam, então, as armas. Estes combatentes passaram a dedicar parte do tempo disponível a tecer reflexões sobre as conseqüências da revolta; do suposto apoio da colônia lusa aos rebeldes; do “sebastianismo”, como chamavam as atividades políticas dos restauradores; da atitude do comandante português e a respeito das condições políticas e sociais do momento.

Outros temas acrescentaram-se às conversas dos aquartelados e duas diretrizes em especial acirraram-lhe os ânimos: as concessões de *habeas corpus* a praças e oficiais rebelados e coniventes da revolta “restauradora” de 6 de setembro pelo Supremo Tribunal e a desconfiança de membros do Congresso das intenções continuístas de Floriano. Objetivando combater a estes agentes imbuídos de autoridade, aos quais viam como “traidores”, e defender o chefe da Nação, tais combatentes voluntários divisaram no horizonte um outro instrumento de luta: a criação de um jornal.

O Batalhão Tiradentes constituiu-se na “admirada sementeira de dedicações e heroísmo” que germinou as idéias de alguns voluntários que planejavam disseminar os ideais pelos quais se haviam batido e pelos quais ainda desejavam lutar. Estes jovens inquietavam-se sobretudo ao destinarem as atenções aos “factos políticos do momento”.³⁶

Assim, os jovens militantes lançaram aos ares da publicidade, rumo a alvos determinados, o periódico *A Bomba*.³⁷ A propalada “arma de guerra e de combate” foi

plano de arrancar-os de bordo das corvetas portuguesas, não realizando-se tal facto devido ainda á prudência [ilegível] chefe do Estado”. ‘A Cezar o que é de Cezar’, *A Bomba*, 07/09/1894, n. 2, capa. O rompimento oficial das relações diplomáticas entre os dois países somente ocorreu a 15 de maio de 1894. Na mensagem enviada por Floriano Peixoto ao Congresso Nacional o motivo alegado baseava-se menos no asilo concedido aos revoltosos do que na evasão de grande número destes (254 do total de 493 refugiados), entre os quais encontrava-se um dos líderes da revolta, Saldanha da Gama. ‘Brasil e Portugal – Suspensão de relações diplomáticas’, *Gazeta de Notícias*, 16/05/1894, capa.

³⁶ A fecundidade do Batalhão Tiradentes deve ser entendida em duplo sentido: como terreno germinador de idéias e como o solo viril que gerou muitos “filhos”, ou seja, outros batalhões, como o ‘Frei Caneca’, o ‘Silva Telles’, o ‘Operário’ e o ‘Benjamin Constant’. ‘A Sementeira’, *A Bomba*, 01/09/1894, n. 1, p. 2.

³⁷ O jornal *A Bomba*, inicialmente de publicação bissemanal, circulou de 01/09/1894, n.1, até 28/12/1894, n. 31. Annibal Mascarenhas era o seu redator-chefe, Lindolpho Azevedo assumiu o posto de secretário e o português Manoel Paes de Figueiredo ocupou o cargo de gerente. A nacionalidade do último constituiu-se em

criada sem nenhuma espécie de auxílio pecuniário, material e braçal que não os dos seus planejadores, tanto que:

fez-se o jornal, sem dinheiro, sem material, sem operários, fazendo-se jornalistas rapazes que nunca haviam terçado armas na imprensa, como fiseram-se soldados homens que nunca haviam empunhado uma espingarda de caça... Não havia capital, nem typographos, nem officinas; e os Tiradentes – profissionaes uns, simples curiosos outros – Olavo, Thompson, Lessa, Soledade, Innocencio e tantos mais, lá iam, no espaço das folgas regimentaes, revezarem-se, despido o dolman cinzento, diante das caixas empoeiradas de uma typographia obscura, alugada a 20\$ por numero e paga por uma collecta aberta no batalhão a 5\$ por cabeça... E três dias depois appareceu A Bomba.³⁸

O estilo de escrita colérico e arrebatador foi uma das marcas distintivas das primeiras edições de *A Bomba*, até que se abrandassem os ânimos, o espírito explosivo arrefecesse e o jornal mudasse de nome.

O periódico foi criado com vistas a atacar o “sebastianismo, o clericalismo e o estrangeirismo”, que seus idealizadores concebiam como as forças inimigas da Pátria. Entretanto, dois órgãos que faziam parte dos Poderes Legislativo e Judiciário passaram neste momento, em sua concepção, a obstar as ações do Marechal Floriano.³⁹

O jornal dos combatentes do Batalhão Tiradentes possuía alvos de ataque, assim como elementos que buscava louvar, como o Marechal Floriano Peixoto e todos

motivo de acerbos discussões entre os articulistas deste periódico, que o consideravam “um heróico official cuja bravura e amor pela República, ficou [sic] patente no combate de 9 de fevereiro [de 1894]”, e o irreduzível redator-chefe de *O Jacobino*. Em janeiro de 1895 o periódico mudou de nome, passando a denominar-se “*O Nacional: Órgão de Propaganda contra o Sebastianismo, o Clericalismo e o Estrangeirismo*” e circulou até 24 de dezembro do mesmo ano, quando ocorreu uma interrupção involuntária. A folha voltou a circular em 01 de fevereiro de 1896 e prosseguiu até 07 de junho a 1896, quando saiu a lume a sua ultima edição, a de n. 191. Neste período em que se denominava *O Nacional*, o jornal permaneceu com o mesmo redator-chefe e o mesmo secretário de sua fase anterior. No entanto, o brasileiro Antonino do Valle passou a ocupar o posto de gerente e, por sua vez, em maio de 1895 foi substituído por Raphael Sant’Anna. A tiragem máxima alcançada por esta folha foi de 12.000 exemplares, em 30/05/1896, quando, apesar de haver iniciado a sua publicação diária, já se encontrava na iminência de deixar de circular terminantemente. Em virtude do ocaso do jornal, Annibal Mascarenhas e alguns redatores passaram a atuar em outro jornal, *A Pátria*, também da cidade do Rio de Janeiro, do qual em outubro Mascarenhas era o redator-chefe, conforme a informação do artigo ‘Perfeitamente’, *O Jacobino*, 17/10/1895, n. 76, p. 3. Não foi possível averiguar se *A Pátria*, fundada neste ano de 1896, foi uma criação dos membros do Batalhão Tiradentes. O acervo examinado possui as edições originais, ainda não micro-filmadas, deste jornal que, todavia, durante todo o período de coleta de dados para este trabalho encontravam-se indisponíveis para consulta, por motivo de organização documental.

³⁸ Lucio Aracary, ‘O Nacional’, *O Nacional*, 05/09/1895, n. 97, capa.

³⁹ ‘Traição, muita traição’, *A Bomba*, 19/09/1894, n. 5, capa.

aqueles que o auxiliaram no combate aos “inimigos da República”, entre os quais figuravam os que neste momento manuseavam as penas, ou seja, os próprios ‘Tiradentes’.⁴⁰

A indignação diante das concessões de *habeas corpus*, em razão do suposto “sentimentalismo piegas” do Supremo Tribunal, foi um dos *leitmotiven* dos artigos deste jornal que propugnava que, para que a justiça fosse praticada, os “criminosos”, isto é, os revoltosos deveriam ser punidos com o “castigo salutar, severo e justo”.⁴¹

O ultraje, como entendiam, representado pelos melindres do Congresso em prosseguir no apoio à política enérgica do Marechal Floriano de combate aos inimigos do regime republicano e a desconfiança em relação às suas intenções constituíram-se em outros assuntos que pontilharam as primeiras edições do jornal dos ‘Tiradentes’.

Estes militantes julgavam que os referidos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário obstavam o prosseguimento da obra do Marechal, que consistiria justamente na punição dos revoltosos. Sendo assim, entre outros elementos que os caracterizavam, estes combatentes na imprensa surgiram como defensores do chefe do Executivo federal, pois consideravam a sua órbita de atividades limitada pelas ações dos outros dois Poderes.⁴²

Outro periódico que surgiu paralelamente ao jornal *A Bomba* mostrou-se ainda mais incisivo nas críticas aos Poderes Legislativo e Judiciário e, por conseguinte, na defesa de mais autonomia para o chefe do Executivo. No início, os ‘Tiradentes’ atacavam, como outros jornais da imprensa carioca, os “preconceitos nativistas” expressos nas páginas de *O Jacobino*.⁴³

⁴⁰ Optou-se neste trabalho por se referir aos redatores e demais encarregados deste periódico como ‘Tiradentes’ – assim como alguns antropólogos reportam-se às ‘categorias nativas’–, pois era deste modo que eles se auto-referenciavam neste momento inicial de sua atividade jornalística. Outros qualificativos eram decerto utilizados, tais como “republicanos puros, perfeitos, leais e/ou sinceros”, “espíritos desassombrados”, “moços brasileiros”, “amigos sinceros deste paiz”, “bravos cidadãos”, “bravos artilheiros”, “cidadãos abnegados”, “florianistas”, “patriotas”, “legalistas” e “cidadãos que ajudaram a salvar a República da revolta de 6 de Setembro”. Em contrapartida, estes jornalistas não utilizavam o epíteto de ‘jacobinos’ para se autodenominarem, apesar de saberem que assim eram cognominados pelos seus contemporâneos e aceitarem a colaboração de alguns ‘republicanos’, como Hygino Rodrigues e Aprígio Cesarino, que se identificavam como jacobinos. Somente em 17 de outubro de 1895, Annibal Mascarenhas aceitou o apodo de jacobino para si e seus prosélitos em artigo no qual buscou diferenciar os jacobinos brasileiros dos franceses e alertar para a intenção pejorativa do uso do termo, pois “a palavra jacobino transformou-se em labéu, atirado profusamente sobre todos os que estremecem esta Pátria generosa”. ‘Jacobinos’, *O Nacional*, 17/10/1895, n. 114, capa. Com o desenrolar dos acontecimentos na esfera política e, sobretudo, em razão das interpretações que os redatores deste jornal construíam para os mesmos, a alcunha de ‘jacobinos’ passou a ser aceita e o próprio jacobinismo passou a ser visto como uma “semente sagrada”. ‘O Jacobinismo’, *ibid.*, 07/03/1896, n. 148, capa.

⁴¹ *A Bomba*, 23/10/1894, n. 14, Pela Republica, p. 2.

⁴² ‘Os presos’, *A Bomba*, 07/09/1894, n. 2, capa; *ibid.*, 26/10/1894, n. 15, Pela Republica, p. 2.

⁴³ *Ibid.*, 29/09/1894, n. 8, editorial sem título, capa.

Somente após muitos meses de circulação, os dois jornais, que possuíam elementos e idéias em comum desde o seu surgimento, passaram a defender os mesmos princípios, com congratulações mútuas. Até que esse momento chegasse, a folha de Deocleciano Martyr – republicano histórico, fundador de diversos clubes republicanos, membro de numerosas associações abolicionistas e organizador de vários batalhões patrióticos – foi vista pelos ‘Tiradentes’ como o “jornal de Judas”.⁴⁴

O Jacobino reverberava o exasperado estilo político do seu diretor, fundador e redator-chefe, seguido por sequazes que “em tudo” concordavam com o “chefe”.⁴⁵ O periódico foi o primeiro a se definir como especificamente jacobino e nativista, até mesmo porque Deocleciano Martyr julgava-se, como assim era considerado pelos seus sectários, o fundador do “Partido Jacobino do Brazil”.⁴⁶

O jornal colocava-se como o representante deste ‘partido’ na imprensa assim como do “Club dos Jacobinos” do Rio de Janeiro, cujo presidente era o próprio Martyr e cuja sede funcionou provisoriamente no mesmo local de redação e oficina do jornal.⁴⁷

⁴⁴ ‘O Gerente d’A Bomba e O Jacobino’, *ibid.*, 29/09/1894, n. 8, p. 2.

⁴⁵ *O Jacobino*, inicialmente também de publicação bissemanal, circulou de 13 de setembro de 1894 a 26 de janeiro de 1895, de 6 de abril de 1895 até o final de junho de 1895, de 29 de setembro de 1895 até sofrer mais uma interrupção e desde que ressurgira, provavelmente em junho de 1896, até 29 de junho de 1897. Sua direção e redação cabiam a Deocleciano Martyr, que, no expediente, assim definia o seu jornal: “O Jacobino é órgão nativista, noticioso, político e operário; dedicado aos interesses e deffeza dos Brasileiros e consagrado á causa da Republica. Aceita-se franca colaboração e só da-se publicidade á reclames e annuncios de casas commerciaes Brasileiras. Não se admite o anonymato”. Apesar de não admitir o anonimato, a folha raramente apresentava os nomes de seus colaboradores e demais redatores. Somente nas ocasiões em que era publicado como poliantéia – como por ocasião do sepultamento de Floriano Peixoto e do falecimento de Moreira César – o periódico apresentava artigos, poesias e poemas assinados, até mesmo porque nestas edições abria as suas colunas para a exposição de idéias e sentimentos por parte de seus correligionários e correligionárias.

⁴⁶ ‘Deocleciano Martyr’, *O Jacobino*, 06/04/1895, n. 31, capa. Ademais da militância nos batalhões patrióticos e através da imprensa, a atividade partidária era outro meio de ação e instrumento de transmissão de idéias por parte dos ‘jacobinos’. Os ‘Tiradentes’ também fundaram um ‘partido’, o Partido Republicano Nacional, que será referenciado brevemente neste trabalho quando for mencionada a principal razão de sua concepção. Certamente, estes não podem ser assemelhados aos partidos estaduais que emergiram a partir do governo de Campos Salles e tampouco ao partido hegemônico na época em exame, o Partido Republicano Federal. De qualquer modo, a atividade partidária e a representação eletiva foram valorizadas pelos ‘jacobinos’, tanto assim que Annibal Mascarenhas candidatou-se a Intendente Municipal pelo 2º distrito em 1894 e Deocleciano Martyr candidatou-se para o mesmo cargo em 1894 e 1896. *A Bomba*, 21/12/1894, n. 30; *O Jacobino*, 01/12/1894, n. 22, *et. seq.*; *ibid.*, 21/11/1896, n. 72, *et. seq.*

⁴⁷ A atividade através dos clubes republicanos, nativistas e/ou jacobinos caracterizava-se, igualmente, como um meio de ação e veículo de divulgação de idéias, embora se mostre de difícil investigação para os pesquisadores, pois aparentemente – assim como deve ter sido o caso dos partidos – as atas de suas reuniões não foram preservadas. Muitas informações, todavia, podem ser obtidas através da imprensa ‘jacobina’. Segundo um redator da folha de Martyr, em janeiro de 1897, existiam 138 clubes jacobinos em funcionamento regular nos Estados brasileiros. *O Jacobino*, 16/01/1897, n. 80, p. 4. Provavelmente, ele incluiu alguns clubes nativistas e republicanos na sua lista, uma vez que as distinções entre estes, em muitos casos, eram tênues. Entre os numerosos clubes que existiam no Rio de Janeiro ao longo do período

Criação praticamente exclusiva de Martyr, este jornal não passou pelas dificuldades de custeio que aturdiram os ‘Tiradentes’, pois desde o seu surgimento contou com a prerrogativa do apoio moral e pecuniário de Floriano Peixoto enquanto este viveu.⁴⁸

Jornal de linguagem excessivamente desabrida, redigido livremente com total desrespeito às normas da língua legada pelos, como os apodavam, “gallegos”, com parágrafos imensos, verdadeiros *pots-pourris* em que se misturavam idéias variadas, inundado de chistes e charadas que sempre terminavam por vilipendiar o caráter dos portugueses aos olhos do seu público de nativos, *O Jacobino* foi, não obstante, bem aceito, especialmente entre os jovens e os militares.⁴⁹

O periódico fundado por Martyr alcançou a tiragem de 30.000 exemplares em outubro de 1896, tendo sido solicitado para fazer parte do acervo de bibliotecas de associações e agremiações em diversos pontos do território nacional.⁵⁰ Seus artigos eram transcritos por uma significativa quantidade de folhas que se diziam adeptas das mesmas idéias – quando não se designavam como jacobinas –, assim como o jornal recebia a colaboração em artigos e poemas de “hábeis pennas jacobinas” que labutavam em outros periódicos que propagavam semelhante cartilha.⁵¹

Os redatores de *O Jacobino* não se cansavam de explicitar as homenagens e os presentes recebidos por Martyr, constantemente requisitado para os *meetings* de protesto e solenidades de inauguração de clubes e associações republicanas, que em novembro de

investigado, podem ser citados os seguintes: ‘Club 23 de novembro’, ‘Club Treze de Março’, ‘Club 24 de Fevereiro’, ‘Club Tiradentes’, ‘Club (ou Centro) Republicano Radical da Lagoa’, ‘Club Rep. da Gloria’, ‘Club Rep. do Engenho Novo’, ‘Club dos Jacobinos de Inhauma’ e ‘Club Rep. Federal dos Brasileiros Natos’.

⁴⁸ *Ibid.*, 12/09/1896, n. 62, capa.

⁴⁹ A aceitação do periódico entre a mocidade e os militares, especialmente os praças e a baixa oficialidade, foi tão substancial que a partir de novembro de 1895, objetivando ampliar este público leitor, o jornal passou a ser distribuído gratuitamente “a cada menino e aos soldados Brasileiros de qualquer corporação militar” que o procurassem em seu escritório. *Ibid.*, 02/11/1895, n. 44, p. 2.

⁵⁰ *O Jacobino* foi lançado com a tiragem de 12.000 exemplares, que saltou a 15.000 em 19/10/1895 e, finalmente, a 30.000 em 03/10/1895. Sobre as demandas de remessas, *ibid.*, 09/11/1895, n. 45, p. 2; 16/01/1897, n. 80, p. 2 e 23/01/1897, n. 81, p. 2.

⁵¹ Algumas folhas de outras cidades e Estados compartilhavam as idéias ‘jacobinas’, quando não se colocavam explicitamente como tais. Segundo um redator do jornal de Martyr, em outubro de 1895 a imprensa jacobina era composta, além de *O Jacobino* e outros que dizia não se lembrar no momento, pelos seguintes jornais: *O Nativista* e *O Combate*, da cidade de S. P.; *A República*, do Bananal, S. P.; *O Americano*, de Rezende, Estado do R. J.; *A Gazetinha* e *O Combate*, ambos de Porto Alegre, R. S. e *O Athleta*, de Belém, do Pará. *Ibid.*, 19/10/1895, n. 42, p. 3. Ao longo do período analisado, outros periódicos, alinharam-se a estes, como *O Intransigente*, do Estado do R. S.; *O Batalhador* e *O Dever* de Maceió, Alagoas; *O Guarard*, de M. G.; *A Provincia*, do Pará; *O Protesto*, de Magdalena, Estado do R. J.; *O Rebate*, de S. P.; *A Pátria Brasileira*, do Estado de S. P. e *A Batalha*, *O Brasileiro* e *O Democrata*, sem indicação de local.

1896 foi distinguido como o único agente e correspondente no Brasil de *A Pátria*, de ‘New York’, órgão oficial do diretório central do ‘partido revolucionário cubano’.⁵²

Desde o seu surgimento, o periódico distinguiu-se por uma marca que não mais abandonou e que terminou por ser estendida indiscriminadamente a todos os que recebiam o epíteto de ‘jacobinos’ por uma parte da historiografia que lhes destinou alguma parcela de atenção: o nacionalismo com sentido étnico.⁵³

O nacionalismo étnico, através do qual, discursivamente, salientavam-se a xenofobia e o nativismo, não era, todavia, compartilhado inicialmente pelos redatores do jornal dos ‘Tiradentes’, que somente de modo gradual passaram a se embasar por este tipo de nacionalismo que desprezava os indivíduos de outras nacionalidades em geral e os portugueses em particular. Sendo assim, o nacionalismo étnico, que pode ser considerado como um emblema, senão mesmo como uma ‘profissão de fé’, dos prosélitos de Martyr, não se constituía em um princípio que fundamentava os juízos emitidos pelos voluntários do Batalhão Tiradentes por meio da imprensa. Somente quando se minimizaram as clivagens entre os dois ‘grupos’ de militantes ‘jacobinos’, o nacionalismo exclusivista étnico tornou-se um componente discursivo comum de ambos jornais.⁵⁴

⁵² Sobre a nomeação feita pelo jornal ‘A Patria’, *ibid.*, 14/11/1896, n. 71, capa. Os *meetings*, que ocorriam nos lugares mais estratégicos da Capital, constituíam outro meio de atuação e veículo de divulgação de idéias por parte dos jacobinos, como mencionado. Entretanto, eles somente foram utilizados por estes agentes de modo mais profuso a partir de 1895, quando os seus promotores passaram a conceber que havia motivos para protestos, conforme será esclarecido nos próximos capítulos.

⁵³ Alguns autores caracterizam genericamente os jacobinos sob a perspectiva do nacionalismo étnico ou de outros elementos distintivos co-relacionados, como a xenofobia e o nativismo. Cf., entre outros, J. M. Bello, *op. cit.*; N. W. Sodré, *História Militar do Brasil*; A. J. B. Lima Sobrinho, *Desde quando somos nacionalistas?*; J. C. Costa, *op. cit.*, que reitera muitas qualificações apresentadas por Bello e Lima Sobrinho; S. Topik, ‘Middle-Class Brazilian Nationalism (1889-1930): from radicalism to reaction’, in *Social Science Quarterly* e N. Sevcenko, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. Alguns autores que partilham – considerando-se, contudo, as diferenças teóricas e metodológicas que os separam –, esta qualificação do nacionalismo exclusivista com sentido étnico como a caracterizadora dos jacobinos, costumam considerá-los como um só agrupamento político, uniforme e homogêneo, ao longo de todos os anos e situações em que o qualificativo ‘jacobino’ e o substantivo ‘jacobinismo’ aparecem nos relatos de fontes da Primeira República. Para citar apenas um caso, segundo Sevcenko, os mesmos jacobinos “governistas na época de Floriano” conseguiram se reorganizar após o “seu *putsh* frustrado de 1897”, mantendo “uma militância constante contra a República Civil”, a ponto de “reaparecer[em] com vigor na Revolta de 1904 e nos *meetings* a partir de 1914”. Ao fim de sua descrição dos ‘jacobinos’, o autor ainda afirma que “sua orientação manteve-se sempre a mesma, porque evidentemente as condições sociais e ambientais que lhes deram vigência persistiam ainda”, *op. cit.*, p. 64.

⁵⁴ Durante o limiar da atuação dos ‘Tiradentes’ e de Martyr e seus sequazes na imprensa a repulsa dos primeiros em relação ao nacionalismo exclusivista, xenófobo e nativista, que pontilhava as edições de *O Jacobino* constituiu-se no principal motivo de discórdia entre os dois grupos de militantes, que não poupavam nas tintas para se denegrirem mutuamente. No entanto, em razão das interpretações que construíram para os acontecimentos sociais e políticos ao longo do ano de 1895, principalmente o recrudescimento das atividades

Já o nacionalismo exclusivista com sentido cívico, mediante o qual se manifestava o antimonarquismo ou, em outras palavras, a aversão não somente aos ativistas monarquistas como a todo e qualquer saudosista da forma de governo monárquica, pode ser considerado um componente discursivo tanto do jornal dos Tiradentes como da folha de Martyr. O nacionalismo cívico, comum aos redatores dos dois jornais, era identificado à forma governamental republicana e, por conseguinte, ao antimonarquismo, em razão do temor de um retorno ao *status quo ante*. Os agentes analisados caracterizavam-se por um nacionalismo exclusivista que primava pela defesa incondicional do regime republicano e, por extensão, a quem empiricamente encarnava este ideal, ou seja, o Marechal Floriano, cujo governo esteve ameaçado por uma revolta a qual tributavam intenções restauradoras.⁵⁵

O nacionalismo cívico, portanto, com o significado de antimonarquismo e de aversão aos monarquistas, era uma característica tanto dos redatores de *A Bomba* quanto dos jornalistas de *O Jacobino*, desde o limiar até o término de suas respectivas atividades jornalísticas. Sendo assim, os jacobinos seguidores de Martyr e os ‘Tiradentes’ reatualizaram na conjuntura política em que emergiram na arena jornalística da Capital o temor de uma restauração monárquica, que se manifestou, com variações de intensidade e conformação, no contexto histórico da República brasileira desde a sua implantação.

dos monarquistas durante o segundo semestre, Annibal Mascarenhas não somente se resignou ante a alcunha de ‘jacobinos’ que incidia sobre si e seus companheiros, conforme mencionado, como paulatinamente passou a exprimir o mesmo tipo de nacionalismo étnico anteriormente vilipendiado. Cf. entre os artigos editoriais de Annibal Mascarenhas, de setembro de 1895 em diante, os de 24/12/1895, n. 138, ‘O Partido Portuguez’ e o de 29/02/1896, n. 145, ‘Como o portuguez enriquece’, ambos nas respectivas capas de *O Nacional*.

⁵⁵ Apesar de ser um objeto de estudo acadêmico e sistemático relativamente recente, o ‘nacionalismo’ tem suscitado vigorosos debates entre historiadores e cientistas sociais. Pode-se distinguir, desde que guardadas as diferenciações de perspectivas teóricas e metodologias analíticas, os estudiosos do tema em duas correntes: a dos ‘modernistas’ que, ao trabalharem com a noção de ‘Estado-nação’, concebem as nações como fenômenos que se forjaram somente a partir de fins do século XVIII e o nacionalismo como uma forma identitária construída e/ou imaginada, e a dos ‘eticistas’ que, ao afirmarem o caráter natural e pré-moderno das nações, consideram o nacionalismo como um sentimento auto-gerado. Entre os primeiros podem ser citados B. Anderson, *Nação e Consciência Nacional*; E. Hobsbawm, *Nações e Nacionalismo desde 1780*; E. Hobsbawm e T. Ranger, *A invenção das tradições* e E. Gellner, *Nações e Nacionalismo*. Entre os segundos estudiosos, J. Armstrong, *Nations before nationalism* e A. Smith; *The ethnic origin of nations*, que pode ser visto como um autor etno-simbolista. As perspectivas de ambos grupos foram apresentadas por C. Calhoun, *Nationalism* e mais sucintamente por D. Potter, *Historians’ use of nationalism and vice versa*. Optou-se neste trabalho, porém, preferencialmente a considerar uma ou outra ‘corrente’ interpretativa como ponto de partida, examinar as próprias assinalações discursivas e performativas dos atores históricos investigados que fornecem os elementos para a elucidação de suas concepções e posicionamentos nacionalistas, ou seja, o mesmo procedimento analítico adotado em relação aos seus outros componentes discursivos. Evidentemente, as distinções entre nacionalismo com sentido étnico e com sentido cívico apresentadas não foram assim dissociadas pelos agentes estudados, pois se tratam apenas de diferenciações categóricas empreendidas a partir da análise documental, porém, baseadas decerto na historiografia que abordou o tema do nacionalismo.

Igualmente, estes militantes se apropriaram do antilusitanismo, presente desde os tempos do Império, pois consideravam os portugueses como os agentes mais favorecidos econômica e socialmente da época, em razão dos benefícios auferidos durante a vigência do governo monárquico que prosseguiram na atualidade. Ademais, os ‘jacobinos’ concebiam-nos principalmente como os contemporâneos mais interessados na restauração monárquica tendo em vista a manutenção do *status quo* e a aquisição de outras prerrogativas advindas com o pressuposto regresso monárquico.⁵⁶

Outros elementos, todavia, impeliram Martyr e seus sequazes na criação do jornal, como “o combate ao estrangeirismo, ao sebastianismo e ao clericalismo”, até porque estes três elementos eram vistos como deletérios legados do regime monárquico. As defesas de um republicanismo “puro e imaculado” – no qual não havia lugar para os “adherentes” ou adesistas, visualizados sempre como falsos –, da aludida “causa operária” e dos interesses do “povo” brasileiro também eram bandeiras desfraldadas.

As atitudes do Congresso Nacional, assim como no jornal dos ‘Tiradentes’, colocavam-se como objetos de críticas porque muitos de seus membros, com excessos de desconfianças, atrapalhavam o chefe do Executivo federal na efetuação de medidas punitivas aos revoltosos da Armada e seus coniventes.⁵⁷

As resoluções do Supremo também figuravam como alvos de ataque por parte deste jornal, pois os seus redatores julgavam que as autoridades desta instância do Judiciário, assim como muitos membros das duas casas do Congresso, aproveitando-se de seus poderes constitucionais, obstaculizavam a consecução de medidas enérgicas e incisivas por parte do chefe do Executivo federal.⁵⁸

Como os redatores de *A Bomba*, Martyr e seus sectários inquietavam-se com as atitudes do Congresso e do Supremo que, conforme interpretavam, forneciam as justificativas para um golpe ou para deliberações inconstitucionais por parte do chefe do

⁵⁶ J. Hahner, ‘Jacobinos versus Galegos: urban radicals versus portuguese immigrants in Rio de Janeiro in the 1890’, in: *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, *passim*. Neste trabalho a autora demonstra, com base em sua análise praticamente pioneira dos jornais ‘jacobinos’, como os lusitanos representavam para os ‘jacobinos’ mais do que meros adversários que lhes causavam agravos materiais através da concorrência no mercado de trabalho, das espoliações nos preços de aluguéis e gêneros alimentícios e outras formas de esbulho. Este estudo constitui-se em um dos primeiros a sinalizar para a dimensão do temor que partilhavam os ‘jacobinos’ de que os portugueses pudessem restabelecer no país a monarquia como forma governamental.

⁵⁷ ‘Politicagem’, *O Jacobino*, [?]/09/1894, n. 3, capa.

⁵⁸ ‘O novo governo’, *ibid.*, 21/11/1894, n. 19, capa.

governo. Como corolário, entendiam que estas ações ainda desviavam Floriano Peixoto de suas atribuições precípuas que deveriam encaminhar-se na punição aos revoltosos.

As atitudes do Supremo, ao conceder *habeas corpus* a alguns ex-rebelados e cúmplices da revolta da Armada, eram sumamente criticadas pela pena de Martyr. O redator-chefe classificava estas garantias de liberdade como uma “política de impunidade absoluta”, uma vez que tendo sido os rebelados derrotados pela ação enérgica do Marechal, auxiliado pelos patriotas, cabia-lhes neste momento a punição em razão da sua subversão.⁵⁹

Esta concepção agregava-se à de que supostamente havia uma “conspiração partidária” no Supremo Tribunal, auxiliada pela grande “surpresa nacional” representada pelas atitudes do Congresso. Por estes motivos, os redatores de *O Jacobino* propugnavam a “acção do Poder Executivo independente dos outros poderes”, isto é, um governo discricionário. Todavia, estes publicistas definiam o exercício do poder livre de condições e limitações por parte do chefe do Executivo federal como “presidencialismo”, ou seja, o “princípio mais pratico e mais humanamente feliz da Constituição de 24 de Fevereiro”, que naquela conjuntura, como entendiam, não estava sendo realmente efetivado.⁶⁰

A defesa da ampliação do espaço de autonomia para o vice-presidente da República em exercício da chefia do Executivo federal era mais candente neste periódico do que no jornal dos membros do Batalhão Tiradentes. Não obstante, ambos surgiram na arena jornalística, entre outras particularidades, como defensores da atuação enérgica do Marechal Floriano Peixoto em detrimento das limitações que alegavam ser-lhes impostas pelas atitudes de alguns membros dos outros dois poderes constituídos.

Como florianistas fervorosos os ‘jacobinos’ não poderiam agir de outro modo, uma vez que a postura apologética às atuações enérgicas de Floriano durante o combate à revolta foi uma das características marcantes dos primeiros números das duas folhas.

Como legalistas devotados que haviam participado da luta contra os inimigos que contestavam a legitimidade da posição de Floriano na presidência da República, o seu prosseguimento no ataque aos revoltosos e a continuação da defesa da legalidade da posição do presidente em exercício não seriam posturas inesperadas.

⁵⁹ ‘Querem dictadura?’, *ibid.*, 26/09/1894, n. 4, capa.

⁶⁰ ‘Politicagem’, *ibid.*, [?]/09/1894, n. 3, capa.

Como republicanos efusivos que defendiam inexoravelmente a nova forma de governo, as investidas dos redatores dos dois periódicos aos melindres do Congresso figuravam-se como uma crítica às tergiversações e “tagarelices” do parlamentarismo do Império e, deste modo, não seriam surpreendentes.

Como combatentes voluntários que baseavam boa parte dos seus princípios nos valores castrenses, a defesa do castigo aos integrantes de uma fração das forças armadas que se rebelara contra o governo legalmente constituído também seria plausível.

Ao empunharem a pena como instrumento de trabalho e arma de guerra, ‘Tiradentes’ e jacobinos sectários de Martyr reiteravam e desenvolviam os mesmos princípios e ideais pelos quais haviam anteriormente empunhado as armas. Como florianistas, que cultuavam Floriano como o “maior dos brasileiros”; legalistas, que julgavam que os indivíduos que se rebelaram contra a legalidade governamental ainda não haviam recebido a punição devida; republicanos, em suas críticas veementes a todos as tergiversações e “bacharelices” que lembrassem os tempos do Império e, por fim, combatentes voluntários que se sentiam como o *alter ego* dos militares do Exército, esses novos militantes da imprensa adotaram, porém, a postura inusitada de não se oporem inicialmente ao sucessor civil do Marechal.

Os novos combatentes na arena jornalística entendiam que a obra de Floriano ainda não estava terminada e mesmo assim não bradaram contra a sua saída da chefia do Executivo e tampouco contra aquele que ao assumir o seu posto poderia imobilizar o acabamento desta edificação. Existia uma tríade de motivos a embasar a sua postura expectante e, no caso dos ‘Tiradentes’, esperançosa em relação ao sucessor do Marechal Floriano Peixoto. O primeiro destes motivos baseava-se na maneira como foi efetivado o sufrágio do novo presidente da República.

A 28 de fevereiro de 1894, em momento de vigência da suspensão das garantias constitucionais, foram realizadas eleições diretas para os cargos de presidente e vice-presidente da República, deputados ao Congresso Federal e renovação de um terço dos senadores.⁶¹ Desde outubro do ano anterior havia sido iniciado oficialmente o trabalho preliminar para o primeiro pleito presidencial direto da jovem República.⁶² O governo

⁶¹ O decreto 1679, de 25 de fevereiro de 1894, prorrogou o estado de sítio até 28 de fevereiro. *Gazeta de Notícias*, 25/02/1894, capa.

⁶² Publicação do Diário Oficial de 10/10/1893. *Apud Gazeta de Notícias*, 10/10/1893, capa.

tencionava que este se efetivasse ainda no ano de 1893, entretanto, em virtude das sucessivas prorrogações do estado de sítio, resolveu-se pela sua procrastinação. No início de 1894, contudo, não havia mais como adiar o pleito, uma vez que os boatos de que o vice-presidente pretendia “perpetuar-se ilegalmente no poder” tornaram-se mais profusos.

A sucessão presidencial era objeto de arranjos políticos desde pelo menos meados do ano anterior. No dia 30 de julho de 1893 foi lançado o programa do Partido Republicano Federal, que havia sido fundado em abril, sob a orientação da bancada federal de São Paulo.

Em 25 de setembro deste ano, pouco depois da eclosão da revolta da Armada, a convenção do partido ratificou a escolha do paulista Prudente José de Moraes e Barros, presidente do Senado durante todo o exercício presidencial de Floriano, como candidato à presidência da República, e do baiano Manuel Victorino Pereira para a vice-presidência.⁶³ Conforme o apoio dos políticos paulistas, em consecução desde a eclosão da revolta da Armada, havia sido fundamental para a vitória do governo sobre os rebelados, o Marechal Floriano Peixoto, independentemente de possuir intenções continuístas ou não, apoiou moderadamente a candidatura presidencial de Prudente de Moraes. Este logrou êxito no pleito, assim como Victorino foi eleito vice-presidente.⁶⁴

Não obstante os supostos planos de “golpe de estado” urdidos para “entregar a ditadura a Floriano” e os boatos de que o Marechal não transmitiria o cargo ao presidente eleito, conforme relatos historiográficos, o presidente em exercício nada fez no interregno entre a eleição e o dia da posse de Prudente, assim como não compareceu à solenidade de transmissão do cargo.⁶⁵ No salão principal da sede do governo federal, no Palácio

⁶³ Segundo Carone, “[...] neste momento Floriano demonstra sua discordância: na véspera da convenção, quando Francisco Glicério o avisa de que Prudente de Moraes é o mais cotado, o Presidente refere-se a este como um republicano histórico; mas devido ao seu caráter e passado, ‘prevejo perseguições aos nossos amigos’. Nada pode fazer, porém, porque já antes tentara indicar inutilmente o nome de Rangel Pestana e, na véspera das eleições de 1894 [?], o de Lauro Sodré. O que na verdade existe é a sua vontade de continuar no cargo [...]”, *op. cit.*, p. 130. Sobre o processo sucessório, cf. Bello, *op. cit.*, pp. 198-220 e Queiroz, *op. cit.*, pp. 26-27.

⁶⁴ De acordo com Carone, Prudente de Moraes obtivera 290.883 votos e Manuel Victorino, 266.000 votos. Este autor e Queiroz afirmam equivocadamente que o pleito ocorreria a 1º de março, respectivamente, nas p. 131 e p. 26.

⁶⁵ Sobre as conspirações e o “clima de incerteza” no momento da posse de Prudente, cf. Bello, *op. cit.*, pp. 199-220, Carone, *op. cit.*, pp. 130-132 e Queiroz, *op. cit.*, pp. 27-28. Segundo Medeiros e Albuquerque, “um grupo de militares tinha tramado uma conspiração para não deixar Prudente tomar posse e manter Floriano no poder. [...] Ninguém propôs isso ao Marechal. Ele desconfiou do caso, pela insistência com que muitos instavam com ele para que não deixasse de comparecer à solenidade. [...] Quando chegou o momento, fez

Itamaraty, encontrava-se o até então ministro do Exterior, Cassiano do Nascimento, encarregado de entregar o governo da República ao seu primeiro presidente civil.⁶⁶

O Marechal não compareceu nem mesmo à cerimônia de entrega da “espada de honra” – confeccionada em ouro e adquirida através de uma subscrição popular como reconhecimento aos seus serviços prestados durante a revolta da Armada –, que se realizou na sua própria residência no mesmo dia 15 de novembro de 1894. A comissão popular, acompanhada pelo Batalhão Tiradentes, foi recebida pelo general Costallat, que declarou encontrar-se Floriano Peixoto enfermo e de cama.⁶⁷

Os ‘jacobinos’ se colocaram em atitude de expectativa em relação ao governo do primeiro presidente civil da República brasileira. Assim como não festejaram efusivamente a ascensão de Prudente ao cargo máximo da nação, não tomaram atitudes com o propósito de impedir a sua investidura neste posto.⁶⁸

apenas isto: faltou. Os conspiradores, surpreendidos, não puderam fazer nada. Ficaram desorientados. Era uma hipótese imprevista”. O memorialista e político afirma que estas informações foram-lhe transmitidas por Lauro Müller. Medeiros e Albuquerque, *Quando eu era vivo*, p. 156.

⁶⁶ Segundo o relato da *Gazeta de Notícias*, “[...] o sr. Cassiano do Nascimento declarou ao Sr. presidente da República, que o sr. marechal Floriano Peixoto o incumbira de lhe fazer a entrega do governo, não o fazendo pessoalmente por motivo de enfermidade, e que fazia votos para que o seu governo fosse de paz e felicidades. Respondeu o Sr. presidente da Republica em breve discurso, concluindo por levantar vivas á República e ao marechal Floriano”. Antes da entrega do cargo no palácio, a cerimônia de posse dos cargos de presidente e vice-presidente da República teve um primeiro ato no recinto do Senado, cuja presidência foi ocupada por Ubaldino do Amaral. Nesta sessão Prudente “leu em altas vozes o compromisso de bem servir á Republica”, assim como Manuel Victorino também leu o seu compromisso. Distribuiu-se aos presentes, nesta ocasião, a mensagem de posse de Prudente, denominada “A’ Nação Brasileira”. *Gazeta de Notícias*, 16/11/1894, capa.

⁶⁷ Da cerimônia tomaram parte, entre outros, Miranda e Horta, Raul Pompéia, capitão Mascarenhas, tenente Alarico de Araújo e Silva e Monteiro Lopes, tendo o primeiro recitado uma poesia apologética a Floriano no início da solenidade e os demais se encarregaram das orações de encerramento. Antes destas, “o Sr. tenente-coronel Aristides Villas-boas leu ás pessoas presentes uma carta do Sr. Marechal Floriano Peixoto, dirigida á comissão, na qual S. Ex., congratulando-se com o povo por ver o paiz entregue á ordem e dentro do regimen da lei, declarava que, apesar de se recolher á vida privada para descansar, nem um momento abandonava o seu posto, ao lado das leis e de quem estivesse investido da auctoridade legalmente, e que em qualquer occasião em que a Republica e sua estabilidade perigasse, elle appareceria para com o seu sangue, se fosse preciso, tornal-a ainda mais forte”. *Gazeta de Notícias*, 16/11/1894, p. 2. A cerimônia de entrega da espada encontra-se minuciosamente descrita na dissertação de L. A. Simas, *O evangelho segundo os jacobinos: Floriano Peixoto e o mito do salvador da República Brasileira*, pp. 66-70.

⁶⁸ De acordo com Simas, “é evidente, pois, que a passagem do poder para Prudente de Moraes é vista como um revés para a implantação de uma República nos moldes jacobinos”, tanto assim que “resolvem homenagear o Marechal na hora estipulada para que o ministro do Exterior, Cassiano do Nascimento, transmitisse o cargo ao novo mandatário”, *op. cit.*, pp. 65-66. Realmente, os ‘jacobinos’ não se congratularam demasiadamente com a posse do novo presidente, tanto que não concitaram os seus leitores a compareceram à solenidade, do mesmo modo, porém, que procederam em relação à cerimônia de entrega da espada a Floriano. Não se pode afirmar, como o faz o autor, que estes marcaram a hora da homenagem a Floriano de modo a coincidir com a investidura de Prudente, porque a cerimônia de posse no senado estava marcada para a primeira hora da tarde e a comissão popular tomou bondes especiais rumo à casa de Floriano às quatro horas da tarde. Se o homenageado não residisse no bairro da Piedade, ou seja, em uma zona geográfica tão distante

Os ‘Tiradentes’ mantiveram uma posição de satisfação em relação à transmissão do cargo, ao argumentarem que esta se afigurava como uma prova da conduta sempre respeitante à legalidade de Floriano, além de se constituir na entrega da magistratura máxima da Nação ao eleito do “povo”. Ao exprimir-se a respeito daquele 15 de novembro, Coelho Lisboa destacou que “o vulto glorioso do marechal Floriano Peixoto firma a sua posição na História Pátria, pela entrega da República ao *elemento popular*”.⁶⁹

Certamente, mais do que se confraternizarem com o presidente que ascendia, estes militantes enalteciam aquele que se desinstalava do posto ao salientarem que este deixava ao seu sucessor um legado glorioso, vislumbrado como um caminho justo e reto a seguir. Ao presidente que se empossava, dirigiam as suas expectativas e esperanças de que este continuaria a política do Marechal Floriano Peixoto. Os ‘Tiradentes’ antes da posse presidencial, além de esperançosos, estavam convictos de que o presidente paulista não se desviaria do delineamento administrativo traçado por Floriano, inclusive, defendendo que:

o povo brasileiro, suffragando o seu nome para o elevado cargo de presidente da Republica, o fez na convicção de que elle seria o continuador da politica energica e honesta do grande Marechal.

Onde, pois, o fundamento dos vaticínios de que a politica daquelle será de reacção contra a deste?

A simples suposição é uma injuria irrogada ao character do Dr. Moraes, cujo passado repelle energicamente a insinuação de que S. Ex. vae transigir com o elemento deletério e restaurador.

A incoherencia seria manifesta, e a probidade politica desse cidadão não o deixará tombar no abysmo onde se chafurdam os trânsfugas e apostatas.⁷⁰

Estes jovens militantes alegaram tratar-se de um absurdo e uma calúnia a “política de reacção” que “pretensos oráculos” políticos profetizavam para o governo do “republicano histórico de passado insuspeito”.⁷¹

do Palácio Itamaraty, qualquer contemporâneo poderia ter presenciado as duas cerimônias, pois às três horas e trinta minutos a solenidade de posse de Prudente não somente havia terminado como já havia sido iniciada a sua primeira conferência com os seus ministros. ‘A Posse’ e ‘Espada de Honra’, *Gazeta de Noticias*, 16/11/1894, respectivamente, capa e p. 2. O culto a Floriano certamente constituiu-se em uma das bases de oposição a Prudente por parte dos jacobinos, contudo, somente a partir do momento em que estes passaram a interpretar a administração de Prudente como demolidora dos feitos do Marechal e não antes ou durante a posse de Prudente, pois acreditavam nesta ocasião que ele seria o continuador da política florianista.

⁶⁹ Coelho Lisboa, ‘15 de Novembro’, *A Bomba*, 15/11/1894, n. 20, capa, sem grifo no original.

⁷⁰ ‘E não será’, *ibid.*, 09/11/1894, n. 19, capa.

⁷¹ ‘Não pode ser’, *ibid.*, 30/10/1894, n. 16, capa.

Pouco antes da posse, quando se iniciaram os rumores de que os revoltosos libertos pelos *habeas corpus* do Supremo Tribunal começavam a conspirar um “assalto ao poder”, os ‘Tiradentes’ emitiram esta opinião: “não acreditamos que o cidadão Prudente cometta a imprudência e a baixeza de se prestar aos manejos dos inimigos da República”.⁷²

O passado político de Prudente de Moraes – como republicano histórico e senador paulista – desempenhava um significativo papel na concepção esperançosa dos ‘Tiradentes’ em relação ao seu exercício presidencial. O atributo ‘civil’ do presidente eleito não influenciava os juízos que emitiam neste momento acerca de Prudente de Moraes, pois o raio de luz em que o focalizavam incidia no seu passado político, no apoio comedido do Marechal à sua candidatura e no fato de que havia sido o primeiro presidente eleito pelo sufrágio direto ou, como assinalavam, pelo “povo”.⁷³

Estas três considerações eram compartilhadas pelos ‘Tiradentes’ que, deste modo, não se opuseram ao primeiro presidente civil antes de sua posse e tampouco no momento de sua investidura no cargo. Ao contrário, aos boatos de que o presidente eleito faria política reacionária, estes militantes alegavam tratarem-se estes de uma ofensa ao seu caráter, defendendo, assim, o presidente eleito, Prudente de Moraes.

Os juízos formulados por Deocleciano Martyr e seus sequazes sobre o sucessor do Marechal Floriano não foram apresentados de modo explícito em seu periódico. O silêncio, certamente, não pode ser entendido como aceitação passiva. Em contrapartida, os brados alarmantes que poderiam ser evidentemente esperados, devido ao caráter virulento da folha, caso estes se colocassem em oposição a Prudente, antes ou durante a sua posse, não apareceram em nenhum artigo ou matéria de *O Jacobino*. Os veementes críticos dos “inimigos” da política desenvolvida pelo Marechal Floriano e da forma de governo republicana não concebiam Prudente de Moraes como um destes elementos, pois se assim

⁷² *Ibid.*, 09/11/1894, n. 19, seção ‘Pela república’, p. 2.

⁷³ Os ‘Tiradentes’ estavam convictos de que o presidente eleito seria um legítimo representante “popular” em seu exercício governamental por ter sido o “eleito do povo”. Provavelmente, encontravam-se entusiasmados em razão da ocorrência da primeira eleição direta para presidente. Como a historiografia já demonstrou, todavia, os critérios eleitorais eram altamente excludentes à época. Somente os homens alfabetizados, maiores de 21 anos, brasileiros natos ou naturalizados e que não fossem praças de pré ou frades dispunham do direito de voto, de acordo com a Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891. Segundo J. M. de Carvalho, o eleitorado potencial da cidade do Rio de Janeiro em 1890 era composto por 109.421 pessoas, sem a exclusão dos estrangeiros, de uma população total de 515.559 habitantes. Nesta eleição de 1894, segundo o autor, votaram apenas 7.857 pessoas, ou seja, 7% do eleitorado potencial ou 1,3% da população total da cidade. J. M. de Carvalho, ‘Cidadãos inativos: a abstenção eleitoral no Rio de Janeiro, 1889-1910’, in: *Série Estudos*.

ocorresse não hesitariam em ladeá-lo com estes nos numerosos artigos em que atacavam os revoltosos, os portugueses, o Supremo e o Congresso.

Mesmo quando se referiram aos boatos de que os “inimigos da República” buscavam acercar-se de Prudente, os articulistas do jornal de Martyr não emitiram qualquer frase crítica ou oposicionista ao paulista. Estes jovens redatores fizeram alusão aos “sebastianistas” paulistas que procuravam “demonstrar claramente os seus desejos de uma nova falsa adesão á Republica” nas “vésperas de assumir o governo da República o [ilegível] Sr. Prudente de Moraes”, entretanto, não criticaram o presidente eleito.⁷⁴

Além disso, ao se reportarem às esperanças que os portugueses alimentavam “de que logo que o dr. Prudente de Moraes tome conta do *logar para o qual o elegemos* será um dos seus primeiros cuidados tentar renovar as relações diplomáticas entre Brazil e Portugal”, os partidários de Martyr ofereceram um indício de que não se opunham ao futuro presidente; do contrário, não o teriam elegido.⁷⁵

Portanto, os jacobinos que se reuniam em torno de Martyr não se colocaram em postura oposicionista ao primeiro presidente civil antes e durante a sua posse. A reserva ou atitude de cautela na emissão explícita de um juízo sobre Prudente de Moraes deve ser entendida como a tomada de uma posição expectante acerca do futuro governo.

Assim como não o defenderam das “injúrias” dos que o previam como reacionário, como os ‘Tiradentes’ fizeram, também não o atacaram ou incitaram os seus leitores para que o visualizassem com desconfiança. Se não esperançosos, os redatores da folha de Martyr eram ao menos expectadores, que aguardavam o momento propício para formularem um julgamento seguro e emiti-lo aos seus leitores.

E esperaram. ‘Tiradentes’ e jacobinos sequazes de Martyr conservaram-se expectantes ao desenrolar do governo do primeiro presidente da nação sufragado em eleição direta. Os combatentes voluntários que há pouco haviam brandido as armas mantiveram-se em espera das primeiras medidas do governo do republicano histórico paulista. Os jovens militantes e jornalistas decidiram colocar-se à espreita da administração do governo do homem ao qual Floriano não obstara a candidatura. Não concebiam motivos para opor-se ao presidente eleito antes que ele efetivamente começasse a governar. O seu

⁷⁴ ‘O sebastianismo em São Paulo’, *O Jacobino*, 20/10/1894, n. 11, p. 2.

⁷⁵ ‘Reatar relações’, *ibid.*, 10/11/1894, n. 16, capa, sem grifo no original.

passado político não autorizava desconfianças de que faria política de reação. Acreditavam que o próprio herói cultuado não teria apoiado a sua candidatura caso desconfiasse de suas intenções reacionárias. E, então, esperaram o limiar de seu governo.

Mas “Édipo”, como logo passaram a denominar Prudente, não demoraria a permitir-se à decifração. Fatalmente as primeiras medidas governamentais tiveram que emergir. Como a “miragem do deserto” desfizeram-se as esperanças. E a grande frustração acabou por vir quando se confirmaram as “prophecias” dos “pretensos oráculos”. A partir deste momento as suas penas tiveram que se preparar para a labuta contra o seu mais novo inimigo. De expectadores, os ‘jacobinos’ se transformaram em implacáveis opositores ao primeiro presidente civil da República brasileira. A análise dos motivos da modificação de seu posicionamento político, durante o primeiro momento de sua oposição a Prudente de Moraes, constitui o labor do segundo capítulo.